

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 3

Março de 1914

Ano LXVI

Director, proprietario e editor — Empreza da *Revista Militar*

Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL

pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diario de Noticias, 110 — Lisboa

O NOVO REGULAMENTO

PARA A

Instrução tactica da cavalaria

Quando, ha mezes, escreviamos ácerca do novo regulamento tactico da cavalaria, algumas palavras, amavelmente publicadas pela *Revista Militar*, estavamos convencidos de que, quando muito, elas deixariam após si uma vaga reminiscencia entre os poucos que se arrojassem a lê-las.

Comquanto intimamente desejassemos provocar o apparecimento de opiniões diferentes, que facilitariam o aperfeiçoamento de um trabalho daquela importancia, é certo que, para o conseguir, pouco contavamos com as nossas palavras, dado o retraímento que em geral se nota entre os estudiosos da arma a que pertencemos, para se occuparem, na imprensa, de trabalhos desta natureza.

Este retraímento, aliaz acentuado ainda em outras questões que interessam á cavalaria, constitue todavia um gravissimo prejuizo.

A situação actual desta arma, sobretudo em Portugal, está longe de ser aquella a que lhe dão direito os seus importantissimos serviços. As opiniões mais ou menos violentas que no estrangeiro a tem atacado, considerando-a muito diminuida na sua passada importancia, encontraram no nosso país — de ha muito afastado de campanhas regulares e bem preparado para as receber — um terreno extremamente propicio á sua cultura e desenvolvimento.

Entre os proprios cavaleiros, influenciados pela acção do meio e por outras causas, as divergencias sobre a applicação da arma, e até sobre detalhes tacticos de menor importancia, são tão consideraveis que urge pôr-lhes um termo immediato, sob pena de continuarmos a vêr por muito tempo um perigoso estado de coisas de que pôdem resultar as mais funestas consequencias.

Para alcançar aquelle *desideratum*, é indispensavel que todos os cavaleiros se unam, quanto possivel, na mesma conformidade de opiniões, formando assim um poderoso blóco, capaz de lutar com exito contra apreciações erroneas tendentes a depreciar o papel da cavalaria e de levar a todos os espiritos a convicção do seu altissimo valor. Será este um dos meios de conseguir que os comandos estranhos á arma aproveitem os seus variadissimos recursos e que os cavaleiros a apliquem pela melhor fórma.

Nestas circumstancias julgamos da maior vantagem que se dê larga publicidade ás opiniões de todos que julgarem util a sua interferencia e que, com serenidade, desapassionadamente e sobretudo excluindo personalidades, que devem ser em absoluto estranhas a questões desta indole, se chegue, pela discussão, a conclusões claras e positivas.

Assim pensando, não é para estranhar que, ao abrirmos o ultimo numero da *Revista Militar*¹, fosseamos agradavelmente surpreendidos quando nele deparámos um artigo sobre o novo regulamento da cavalaria, subscripto pelo sr. capitão Moraes Sarmiento que, longe de ser um desconhecido, se apresenta com toda a auctoridade que lhe dá o logar, que ha anos ocupa, de lente da especialidade na primeira escola militar do país.

As nossas palavras tiveram pois um merecimento que nem sequer suspeitavamos: trouxeram á imprensa as opiniões de um tecnico de especial competencia, precisamente quando, em virtude de determinação superior, o Estado Maior do Exercito está encarregado de revêr os regulamentos tacticos das armas. O exame que a essas opiniões fazemos hoje teem tambem, pela mesma causa, toda a oportunidade e, por tal razão, vimos de novo solicitar o benevolo acolhimento da *Revista*.

¹ *Revista Militar*, Janeiro de 1914.

Ocupar-nos-hemos, por agora, dos seguintes pontos:

Constituição do pelotão;

Formações do pelotão.

Constituição do pelotão

As considerações feitas pelo ilustre articulista sobre o efectivo do pelotão, atingem mais a parte organica do que o novo regulamento tactico, por isso que este se limitou a aceitar um dado do Regulamento de Mobilisação,

Isto não impede, é claro, que nos occupemos do assunto que aliaz é importante.

Concordamos, em principio, com a redução do efectivo do pelotão, considerando-a até como uma necessidade. Porém, com o que não podemos concordar, é com uma redução tão consideravel como a proposta que, a efectivar-se, seria um erro indesculpavel. Claramente se vê, da comparação feita entre o efectivo proposto e o do Regulamento de Mobilisação, que um e outro são valores maximos, ora: *o efectivo maximo do pelotão constituido por 24 cavaleiros na fileira é inadmissivel.*

Considerando esta unidade isoladamente, o resultado immediato de tal redução seria a grande dificuldade de poder desempenhar as missões que lhe competem. O pelotão constituindo um destacamento de exploração ou de descoberta, a flecha de cavalaria ou outros serviços de campanha, tendo de prover á sua segurança, de estabelecer a indispensavel ligação com outros escalões, transmitir noticias e, por vezes, de fornecer patrulhas, achar-se-hia, dentro em pouco, incapaz de exercer com o seu nucleo principal qualquer esforço apreciavel.

Todos que teem comandado fracções em exercicios de serviço de campanha com certa duração, reconhecem a verdade do que afirmamos: os efectivos diluem-se extraordinariamente por maior que seja a energia dispendida em conserval-os; nada póde resistir ás necessidades occorrentes.

Se agora contarmos com as inevitaveis baixas em homens e cavalos, devidas a tantas e tão variadas causas, entre as quais não deve esquecer o abuso extraordinario de ordenanças e escoltas, que é um dos maiores flagelos da cavalaria, e se como é provavel, contarmos tambem com a quasi impossibilidade de

substituições, facilmente se concluirá que tal proposta deve ser rejeitada *in limine*.

Depois, o esquadrão formado com tais pelotões teria 96 cavaleiros na fileira (porquanto o excesso em relação ao actual servia, como se propõe, para organizar novos esquadrões), e tal numero não lhe permitiria satisfazer rasoavelmente, mesmo sem baixas, ao importantissimo papel de unidade tactica e de combate. Com baixas, em breve viria a necessidade de fundir os pelotões e a absoluta impossibilidade de poder desempenhar os numerosos serviços que lhe pódem ser atribuidos.

Dada a frequencia destes ultimos, operando o esquadrão isoladamente, seria inevitavel e frequente o seu encontro com identicas unidades inimigas de maior efectivo e assim, deliberadamente collocariamos os nossos esquadrões em manifesta inferioridade.

Realmente, qualquer que fôsse a nacionalidade das tropas adversas, dar-se-hia aquele facto, salvo, é claro, casos especiais com que não deve contar-se. Assim é facil de verificar, pelo exame dos regulamentos tacticos em vigor, qual a composição maxima dos pelotões em cavaleiros na fileira: Espanha, Italia e França — 32; Belgica — 36; Suissa — 36 a 40; Russia — 42; Alemanha e Japão — indeterminada com o minimo de 12 filas. Não pudemos obter valores de outros países.

Afirma-se no artigo em questão, que a França, Alemanha e Espanha tem como *normal* a constituição do pelotão com 12 filas. E' preciso distinguir: em Espanha assim é, porém é necessario acrescentar o que diz o regulamento: «a fin de que los jefes y oficiales adquieran práctica en el manejo de las unidades organicas puestas al pie de guerra, se reuniran en los éjercicios tacticos y de combate particulares, los efectivos de dos ó más esquadrones, regimientos ó brigadas, para constituir una de estas unidades». Devemos pois concluir que a designação *normal*, adoptada neste país tem exactamente a mesma significação que tinha no nosso regulamento anterior e que, por trazer idéas falsas, foi substituida, como é sabido, pela de *normal de instrucção*.

Emquanto á França e Alemanha, o numero de 12 filas nem sequer tem aquella denominação: exprime apenas um *minimo*. E compreende-se bem, portanto, que, logo que estas fracções não atinjam este limite por insuficiencia, são dissolvidas por-

quanto se tornaram incapazes de produzir os serviços que é lícito exigir-lhes.

A nossa deficiência em cavalos não póde justificar aquella proposta. Este factor deve influir simplesmente no numero total de unidades e não na composição de cada uma, porque esta directamente depende das missões a desempenhar: desde que se exijam os fins, indispensavel é dar os meios, e as unidades fracamente constituídas, ficam de antemão votadas ao insuccesso.

O efectivo do nosso esquadrão mobilizado é, talvez um pouco grande. Constituirá isto um inconveniente ou uma vantagem? Inclino-nos para esta ultima hipotese, atendendo ás nossas circumstancias peculiares.

Dada a esmagadora pequenez da cavalaria portugueza em relação com o efectivo total do exercito de campanha e ainda a natureza do terreno em que a maior parte deverá operar, terá ella — com grave prejuizo, aliáz — de fracionar-se exageradamente, o que nos leva a admitir que, entre nós, o grupo de esquadrões e o esquadrão gosarão de maior independencia do que nas outras cavalarias.

Aceitando, como supomos razoavel, que o efectivo de um esquadrão mobilizado não deve ser inferior a 135 cavaleiros, a economia resultante em relação ao que adeante propomos, seria de 15 cavaleiros, que, para um conjuncto de 44 esquadrões produziria um total disponivel de 660 cavaleiros com os quais não chegariam a formar-se 5 novos esquadrões.

Se com estes cinco esquadrões se restabelecesse o tão abalado equilibrio entre a cavalaria e o exercito de campanha, a diminuição dos 15 cavaleiros impunha-se. Como porém e infelizmente, tal equilibrio só póde alcançar-se com um numero de esquadrões muito superior, apenas se produziria com tal alvitre uma consideravel diminuição na capacidade de resistencia de cada esquadrão, abreviando a ruina de todos. Se, em vez desta redução, aceitassemos a proposta pelo Sr. M. Sarmiento, é possivel que os esquadrões não resistissem a mais de uma semana de campanha.

Para atenuar aquele gravissimo inconveniente, preferimos o fracionamento do esquadrão em maior numero de unidades elementares, obtendo assim um descanso relativo produzido

pela maior folga na nomeação dos pelotões para os diversos serviços.

Julgamos nós que a melhor solução para este problema — com a qual concordam varios officiaes da arma — consiste em formar cada pelotão com o maximo de 30 cavaleiros na fileira, incluindo 2 sargentos, 3 cabos, o clarim e ferrador, mas conservando o efectivo do esquadrão sensivelmente igual ao fixado no Regulamento de Mobilisação. Teriamos assim o esquadrão a cinco pelotões em vez de quatro e a sua composição em relação áquelle e no pessoal que sofre alteração, seria:

	Actual	Proposto
2. ^{os} sargentos	8	10
Cabos	12	15
Clarins	5	6
Ferradores	4	5
Soldados montados	124	115
	—	—
	153	151

Desta fórma, se o efectivo actual era reduzido de 2 combatentes, em compensação conseguir-se-ia: maior flexibilidade do esquadrão em ordem unida; maior facilidade em atender ao fracionamento exigido pelos diversos serviços de campanha; a faculdade de conservar a unidade tactica em magnificas condições de exercer a sua missão de combate, mesmo quando como quasi sempre succede nos esquadrões isolados, um dos pelotões se encontre desviado por qualquer motivo; maior folga de serviço para os pelotões, garantindo-os de uma ruina prematura e finalmente, mais forte enquadramento como é necessario na cavalaria, dada a frequencia dos serviços das pequenas frações.

A divisão em quatro pelotões, adotada no estrangeiro, deve, segundo cremos, ser modificada, subordinando-a, ás circumstancias que nos são peculiares.

Tratando-se de alterar o Regulamento de Mobilisação, como se pretende, ficam assim registados nas paginas da *Revista Militar* dois alvitres, que certamente não passarão despercebidos á respectivo comissão.

E, já que tratámos do esquadrão mobilisado, seja-nos permitido acrescentar que julgamos o chamado carro de esqua-

drão absolutamente condenavel por não apresentar as necessarias condições de leveza e mobilidade. Parece-nos que se ganharia em substituil-o por dois outros de 2 rodas e de capacidade total aproximada da que tem aquele.

Formações do pelotão

É este o ponto do regulamento que merece ao distincto articulista explanações mais amplas, começando-as por estabelecer o principio de que *as formações e evoluções devem apresentar-se na maioria das circunstancias facilmente adaptaveis ao terreno*, ficando num segundo plano as condições de rapidez no desenvolvimento.

Supôr que os autores do regulamento não tiveram em conta aquelle principio seria um erro palpavel, como exuberantemente o demonstra todo o regulamento, em especial nas formações e evoluções da unidade tactica.

Baseado naquelle principio, entende o Sr. capitão Sarmento que algumas das prescripções da E. de Pelotão não satisfazem *sob este ponto de vista*, o que faz com que se ocupe das formações — linha em 2 fileiras e columna de marcha desta unidade.

Emquanto á linha em 2 fileiras, é evidente que, qualquer que seja a distribuição do pessoal, a sua adaptação ao terreno é apenas dependente do efectivo maior ou menor que a constitue e talvez seja este um dos motivos porque se propõe a redução do pelotão.

Se assim é, já demonstrámos os inconvenientes deste alvitre e nada temos a acrescentar.

A *divisão* do pelotão estatuida pelo regulamento não atinge decerto a perfeição. Seria uma heresia affirmal-o, pelo simples motivo de que é impossivel obtel-a, dadas as condições, em geral contradictorias, a que é necessario atender. O bom criterio, aqui como em tudo, consiste em escolher o *melhor*, pesando vantagens e inconvenientes, para reduzir estes ao minimo.

No estudo desta questão, ha hoje duas correntes perfeitamente definidas: a que prefere a sub-divisão em *grupos* e a que se limita ao fracionamento em duas *secções*. O regulamento adoptou esta ultima; o Sr. capitão Sarmento a primeira, sem a justificar. Façamos-lhe nós um rapido exame.

A divisão em *grupos* é realmente tentadora. Apresentando aos olhos o aspecto agradável que se vê na figura publicada, tem decerto outras vantagens. Comtudo é sempre bom não nos fiarmos nas apparencias.

Examinemos o pelotão imaginado pelo Sr. M. Sarmiento, formado por 4 *grupos* de identica composição e aos quais se subordina a colocação dos graduados. e vejâmos para que servem os referidos grupos.

Começaremos naturalmente pela missão mais importante: o combate a cavallo.

Na *ordem unida*, os grupos são absolutamente inúteis: o pelotão, todo ele, deve constituir um grupo indivisivel, sendo por isso, e muito bem, que o ilustre articulista acentua, num outro ponto do seu artigo, a necessidade da *coesão*.

Na *ordem dispersa*, o emprego dos grupos não é necessario. Dada a pequena força do pelotão, dá-se precisamente o caso de que mais vale o seu emprego sob um comando unico, ou pouco fracionado, do que a pulverisação em pequenos nucleos, de insignificante efeito e applicação desconexa, fugindo com facilidade á acção do comandante do pelotão. Comtudo, como póde haver circunstancias em que convenha fracionar esta unidade para missões de combate, o regulamento adoptou a subdivisão em *secções*, de mais poderoso efeito do que os grupos e convenientemente comandadas. Levar mais longe o fracionamento em missões tacticas, é a nosso vêr, condenavel.

É certo que o regulamento francês e ainda o espanhol, filiado nas idéas francesas, preveem este emprego; porém, discordando deles neste ponto e tratando-se de regulamentos, estamos em muito boa companhia. Póde pois dizer-se que a divisão do pelotão em *grupos* no combate a cavallo é, senão inconveniente, pelo menos desnecessaria.

Diz-se muitas vezes que tal divisão apresenta vantagens incontestaveis evitando a desorganisação desta unidade elemental, quando seja necessario fracionar-a para diversos serviços de campanha, ou simplesmente fornecer alguns elementos para os desempenharem.

Nada mais teorico! Ninguem subordina, nem póde subordinar o emprego dessas fracções ou elementos á divisão do pelotão. Imaginemos, por exemplo, que o pelotão proposto tem de fornecer três patrulhas. Parece á primeira vista que nada ha

mais simples: o comandante do pelotão, limita-se a nomear três grupos com os respectivos chefes e ainda fica com um, constituído segundo as regras. Como se vê, é perfeito!

Só tem um inconveniente e vem a ser que o serviço a desempenhar pelas patrulhas é muito diferente: aqui bastam apenas 2 ou 3 cavaleiros, além 4 ou 5; acolá já são necessários 7 ou 8. Esta patrulha exige que o seu comandante seja oficial; aquele sargento ou aquele cabo podem comandar o seu grupo, mas serão, talvez, mediocres ou inúteis chefes de patrulha, etc. E lá vão os *grupos* com a sua magnífica aparência!

Póde, é certo, procurar conciliar-se as duas exigencias, mas constituiria isto um novo trabalho para o comandante do pelotão, impossivel de realisar cabalmente, porque o principio capital consiste em empregar *sempre* o efectivo *minimo* compativel com a missão.

No combate a pé, dir-se-ha, as objeções são impossiveis! Responderemos que não é conveniente fazer apreciações prematuras.

Que, no combate a pé e especialmente na ofensiva, são necessarias os *grupos*, ninguem contesta; o que convém é examinar a relação que existe entre os do combate a pé e os da formação a cavallo de que nos ocupamos.

Tratando-se do combate a pé, a primeira coisa a fazer, consiste em fixar o efectivo que convem dar a cada grupo de atiradores e para isso recorreremos ao mestre da especialidade: o regulamento da infantaria marca um minimo de 4 filas, e um maximo de 7. Entende pois, e muito bem, que menos de 8 atiradores não podem constituir um grupo inicial.

Vê-se já que, mesmo no caso mais favoravel, mas inadmissivel, de apearem todos os cavaleiros, cada grupo proposto teria apenas 6 homens, inferior portanto ao minimo aceitavel.

É certo que o combate da infantaria tem um caracter de persistencia e tenacidade que o da cavalaria não póde ter e portanto talvez *chegassem* 6 cavaleiros.

Porém, nem com estes se póde contar: na ofensiva, quando os grupos são mais necessarios e quando, muitas vezes apea simplesmente metade da força, cada grupo ficaria reduzido a 3 atiradores, bem enquadrados, é certo — dois graduados para um soldado, nalguns — mas bem poucos para constituirem um *grupo* de combatentes!

Póde pois concluir-se, sem hesitação, que um exame atento deste fracionamento está longe de se impôr, quando subordinado ao aspecto capital, o combate.

Emquanto ás esquadras que querem Cherfils e outros, não pódem servir de comparação visto que tem precisamente o que falta aos grupos propostos: com 10 ou 12 cavaleiros aquelas esquadras atingem quasi o efectivo da nossa secção mobilizada.

Mas ha mais: a obrigação de um numero de filas determinado, neste caso multiplo de três, opõe-se á indole da arma, que exige a formação rapida das unidades e é origem de uma série de complicações com a distribuição das *filas falsas*.

Tambem é um erro a colocação de cabos na segunda fileira, tendo deixado os flancos e o centro sem graduados, comquanto se diga que este facto *não parece ter superior importancia*. A nós, pelo contrario, parece-nos ter muita e por isso lamentamos que se fugisse a este preceito tão importante, para buscar uma regularidade na formação, mais agradável do que util.

Desenvolveríamos nesta altura as considerações em que se baseia a formação regulamentar, se não temessemos abusar da boa vontade da *Revista* e ainda, se fôsem outros os inconvenientes apontados. Limitar-nos-hemos pois a dizer algumas palavras sobre estes.

A insistencia com que se fala na independencia dos sargentos, serve apenas para se pretender demonstrar que o pelotão do regulamento se desorganisa com a saída simultanea do sargento e do clarim, produzindo-se assim o vazio correspondente á fila central.

Expliquemo-nos: ha entre nós um abuso extraordinario no emprego de toques, fazendo-se estes a todo o momento e a proposito de tudo. Por isso, quando as circunstancias exigirem que determinadas operações se executem sem despertar a atenção, achar-se-hão dificuldades praticas consideraveis.

E não se pense que tal caso será raro em campanha, pois basta lembrarmo-nos que a cavalaria, atirada para a frente, vive, por assim dizer, constantemente na proximidade do inimigo ou dos seus elementos avançados.

Se notarmos mais que a *surpreza* é um dos primeiros factores do sucesso nesta arma, ninguem contestará que temos urgente necessidade de evitar este perigoso defeito, mesmo nas unidades importantes.

No pelotão, quando reunido, o limitadissimo numero de toques que o clarim terá de executar, não exigem a sua deslocação do logar normal e, quando deste saia — no movimento de *abrir fileiras* e nas marchas, *se o comandante quizer* — ficará o sargento na fila centro.

Mas, diz-se, *o clarim, em muitas situações, tem de acompanhar o comandante do pelotão para lhe servir de ordenança ou agente de ligação.*

Não existe, que nos conste, disposição alguma que imponha este dever; ha sim um habito, nascido de circumstancias que acabaram e que, no pelotão, nada justifica, tratando-se de serviços de campanha.

É indubitavel que o comandante de pelotão deverá, em muitas situações, preceder esta unidade para obter os esclarecimentos indispensaveis ao seu util emprego; mas, sem duvida vai melhor acompanhado por um graduado ou por uma praça com instrução especial — telegrafista ou explorador — do que pelo clarim, que apenas se recomenda quando se deseje anunciar a presença da força. E, para fazer a indispensavel ligação é bem mais util o emprego do apito, de sinais convencionais ou do agente de ligação escolhido, que será capaz de transmitir duas palavras sem as deturpar!

Conclusão: a fila centro, como qualquer outra, só deixa de existir se o comandante do pelotão quizer.

A colocação do sargento no centro do pelotão regulamentar não á arbitraria. Desde que o combate a cavalo é o principal meio de acção da cavalaria, é necessario revesti-lo de todas as garantias de exito. Ora uma unidade sem comando é uma unidade inutil e, dadas as causas numerosas que pódem fazelo desaparecer, exactamente quando é mais necessario, impõe-se a sua substituição imediata.

É principalmente na cavalaria que o chefe impulsiona a tropa e aqui reside o primeir^o motivo porque são eles os guias e se colocam em frente das respectivas unidades. Numa força a pé firme ou em andamento moderado, a substituição do comandante executa-se facilmente; quando porém marchar para o ataque, em andamento rapido, é de crér que o substituto quando afastado, não chegue a ocupar o novo logar a tempo de ser util.

Colocar pois o sargento no centro do pelotão, isto é, na re-

ctaguarda do comandante e portanto em circunstancias de immediatamente o substituir, corresponde a evitar que a perda do chefe acarrete a da unidade, garantindo-se a direcção do ataque. Sob o ponto de vista evolucionario, tem tambem esta collocação importante vantagens, geralmente conhecidas.

Pelas razões expostas, preferimos a formação do pelotão adoptada pelo regulamento á que propõe o Sr. capitão Sarmiento.

Ha comtudo um ponto em que estamos de acordo: o ferrador deve ser incluido na fileira.

*

É á columna normal de marcha estabelecida pelo regulamento que, em especial, se atribue o defeito da pouca adaptação ao terreno, ficando por isso prejudicada a rapidez de desenvolvimento que a caracteriza. Todas as considerações relativas a este ponto, reconhecendo a facilidade e rapidez do desenvolvimento daquela columna, tendem a demonstrar que não é adaptavel ás nossas estradas e caminhos, pela estreiteza de umas e outros.

Convém acentuar desde já que a argumentação apresentada por nós num artigo anterior ficou, a nosso vêr, absolutamente intacta e que, portanto, as columnas de 4 se deslocam *nas estradas* do nosso país com a facilidade compativel com uma formação de marcha.

A concordancia completa com o que dissemos sobre as vantagens da nova columna no seu aspecto principal, fazem-nos antevêr um largo futuro ás formações do novo regulamento porquanto a unica divergencia não se apresenta — longe disso! — irreductivel.

E senão vejamos: segundo as proprias palavras do Sr. capitão Sarmiento — acompanhadas de referencias elogiosas que, comquanto imerecidas, agradecemos — *as vantagens que se podem obter da adopção, como normal, da columna de 4*, ficaram demonstradas á evidencia, não podendo portanto contestar-se o ter sido dotada a nossa cavalaria com um optimo instrumento de combate, pois que tal era o objecto da nossa demonstração.

Pois bem! depois desta afirmação, *mesmo que a nova columna apresentasse alguns inconvenientes para o transito*, poderia, em boa razão, regeitar-se?

Não constituirá, pelo contrario, um dever sujeitarmo-nos a esses inconvenientes para, em compensação, se aproveitarem as vantagens que facilitam a realização dos nossos constantes esforços?

Quem ousará negal-o?

Larguras de caminhos, metros de frente, cruzamento de colunas, nada exprimem perante este facto capital: ha dois anos que as forças de cavalaria percorrem o país em todos os sentidos com as novas formações e, tendo chegado aos seus destinos, chegarão tambem, se fôr necessario, onde possam aplicar as vantagens reconhecidas á *evidencia!*

Pósta assim a questão e em vista do que já dissemos, podiamos consideral-a liquidada: não o faremos pela muita consideração que nos merece um distinto camarada e por isso o acompanharemos nos seus argumentos.

Começa S. Ex.^a por dizer que, *como succede com os suissos, um facto subsiste que é motivo mais que suficiente para não adoptarmos a coluna de 4: a largura das estradas.* Ha aqui um equivoco que, por muito espalhado, convém desfazer. Segundo Dollfus¹, official muito conhecedor do exercito da Suissa, a adopção da coluna de 3 neste país depende simplesmente do fracionamento ternario, ali levado até á formação de marcha. Nada mais! Ora aquele argumento é perigoso porque, lembrando o aspecto montanhoso da Suissa, póde mostrar a necessidade de o seguirmos.

E, já que se trata de terrenos montanhosos, é o momento oportuno para citarmos estes factos: a Espanha, país de sólo extremamente movimentado, adoptou desde 1847 a formação por 4 e não viu até hoje necessidade de a alterar, emquanto que a Alemanha, país essencialmente plano, só a aceitou definitivamente em 1893.

Por outro lado o Japão, em seguida á campanha feita numa região muito acidentada, onde, póde dizer-se, apenas existia uma estrada — e que estrada! — não julgou necessario atender a esta circumstancia, conservando a mesma coluna no ultimo regulamento de 1912.

Servem estes factos para provar tambem a inanidade do argumento novo que se refere á *inclinação das nossas estradas,*

¹ *E'tude sur la cavalerie suisse*, Berger Levrault, 1906.

quando demais não compreendemos como tal inclinação possa infuir *mais poderosamente* na fadiga dos elementos que marchem por 4 do que marchando por 3.

Pretendemos demonstrar no artigo anterior que a grandeza de um metro, atribuída á frente do cavaleiro na fileira era um erro e portanto não servia para com ela se pretender justificar que a coluna de 4 não cabe nas estradas.

Acrescentámos porém que, comquanto errado, apresenta vantagens nos casos em que não é necessaria grande exactidão, como faz o novo regulamento no n.º 41, que adopta precisamente o mesmo valor de *um* metro, quando não ha inconveniente. Ora isto succede com avaliação de frentes de formações, explicação de evoluções, etc., em que até convém uma certa *folga*.

Portanto o valor assim estabelecido — convencional e mne-monico — vantajoso em certos casos, póde, como se dá com tanta coisa, ser inconveniente quando mal ou irreflectidamente aplicado e, como para apreciar se a formação de marcha *cabe* ou não nas estradas, o que convem é determinar com bastante exactidão a frente occupada por cada cavaleiro e não um valor convencional, fômos procurar *directamente* os elementos que apresentámos ao leitor e que s. ex.^a classifica de *casos especiais*.

E para que o nosso trabalho pudesse servir de base segura, medimos aquella grandeza com forças paradas e em marcha, obtendo no 1.º caso valores inferiores a 0^m,80 por cavaleiro e, no 2.º, valor essencialmente variaveis com as circumstancias de occasião — alguns muito inferiores áquele — e que mostram a grande acumulação de cavaleiros que, sendo necessario, póde obter-se num espaço restricto e que permite, por exemplo, o cruzamento de colúnas mesmo em vias de comunicação de pequena largura, sem diminuição da frente.

Assim, e porque entrava em jôgo o valor de uma grandeza, nós, primeiro que tudo, medimos esse valor, em vez de argumentar *à priori*.

O sr. M. Sarmiento, não concordando, escreve o seguinte: «s. ex.^a (nós) encarando desapaixoadamente a questão ha de reconhecer que os casos especiais como os que enumera não pódem derrubar o que a *pratica* e a *teoria ensinam de que um cavalo montado deve occupar na fileira 1 metro* no sentido da extensão».

Mas, qual é a pratica que ensina semelhante coisa? Onde estão os valores medidos e por quem? Acaso não representam a *pratica* os que nós determinámos? Porque são *casos especiais*?

Diz o sr. M. Sarmiento que alguns regulamentos estrangeiros, e até o nosso, adoptam aquelle valor, o mesmo succedendo com os *aide-mémoires*.

É uma verdade! Mas adoptam-no pelas razões já escritas: porque é um *dado pratico*, como alias s. ex.^a lhe chama, muito comodo.

Porém pelo facto de alguns regulamentos o aceitarem, não póde o illustre articulista afirmar que o cavallo montado *deve* ocupar 1 metro de frente, entre outras razões por haver outros que adoptam valores muito menores. Efectivamente, os regulamentos alemão, inglez e russo, contando respectivamente com 0^m,80: (passo); 0,91 (jarda) e 0,71 (archine), por cavaleiro, aproximam-se mais da verdade, comquanto não se subordinem á imposição do sr. M. Sarmiento.

Assim, uma colúna como a nossa, constituída por cavaleiros e cavalos alemães de grande corpolencia, poderá passar pelas estradas que tenham de largura 3^m,20. isto é, póde passar á vontade por todas as nossas, mesmo com *montes de cascalho, varreduras*, etc.

Qualquer de nós póde immediatamente verificar que os ultimos regulamentos teem razão, com uma simples experiencia: afastando os joelhos 0^m,9, como se estivesse montado (o que corresponde á frente de 1 metro), póde-se desde logo concluir que tal posição a cavallo é inadmissivel.

Vem a proposito relatar um facto, muitas vezes notado, e em que talvez se baseie a *pratica* a que se refere o distincto articulista: as nossas forças em marcha teem, em geral, o mau habito de considerarem toda a estrada como *se fôsse sua*; não é raro vêr uma colúna, alargando os intervalos, não deixar sequer o espaço necessario para a simples passagem de um peão. Daqui a origem de dois toques muito curiosos do antigo regulamento, como são os de «deixar livre o lado direito (ou esquerdo) da estrada». Fazemos nós que os cavaleiros marchem com os intervalos regulamentares, isto é, fazemos cumprir as prescripções elementares da disciplina das marchas e as colúnas deslocar-se-hão com facilidade *nas nossas estradas*.

Emquanto á *teoria*, que diz ela? Que, se alguns regulamen-

tos adoptam o valor de um metro, aliáz util, outros, como vimos, não o perfilham e assim a questão fica precisamente no pé em que a puzemos: o valor de um metro atribuido á frente do cavallo montado na fileira, tem vantagens, mas não representa a verdade quando se conte, é claro, com os intervalos normais da ordem unida. Tratando-se portanto dum caso particular, que depende da exactidão, deve ser regeitado.

Mas, — como no nosso artigo anterior — façamos todas as concessões e seja de um metro aquella frente! Acrescentando as considerações que ali fizemos, diremos agora: a colúna que se diz não caber nas nossas estradas, tem uma frente 0^m,50 menor que a exigida pela colúna correspondente da *nossa* infantaria; é igual á da *nossa* artilharia a cavallo e muito pouco inferior á da *nossa* artilharia montada! Chegamos pois á extraordinaria conclusão de que é necessario diminuir a frente de todas as *nossas* colúnas. . . . ou alargar as estradas e os caminhos!

Não foi oportuna a transcrição das nossas palavras sobre o encontro de colúnas. O que pretendemos dizer e se vê claramente, foi que o afirmarem alguns ser impossivel o cruzamento daquelas colúnas provinha de um raciocinio defeituoso e não de factos experimentados que, em regra, as Escolas de Recrutas e as de Repetição não permitem verificar. Nada teem pois com o tempo de paz ou de guerra.

Como o illustre articulista faz varias perguntas que se relacionam com as marchas em campanha, crêmos que as seguintes considerações podem esclarecer a questão:

As marchas em campanha subordinam-se principalmente ás exigencias tacticas, e estas, por sua vez, á distancia do adversario. Longe do inimigo, o serviço de segurança permite que se executem por fórma identica á usada nas marchas itinerarias, isto é: seguindo as estradas, com as colúnas normais, etc

Na proximidade do inimigo, como principio, as estradas teem de ser abandonadas, para se adoptarem as formações convenientes, não só em relação ás probabilidades de encontro com aquele, como ao terreno. Mas, como muitas vezes, o terreno não permite em absoluto o emprego deste meio (passagem de disfiladeiros, povoações etc.) e portanto teem de utilizar-se as vias de comunicação, serão estas seguidas sob a protecção de uma forte guarda avançada.

Convém neste caso a disposição prescripta pelo regulamento.

francez, que manda tomar a formação *colúna de pelotões, á vontade*, isto é: na impossibilidade de marchar com a colúna de pelotões normal, por não o permitir a largura das estradas, os cavaleiros formarão uma massa compacta com a maior frente possível, afim de se diminuir a profundidade da colúna e consequentemente o tempo de escoamento. Por esta fórmula, o regulamento francez não vê *graves inconvenientes*, antes vantagem, *em ocupar toda a largura da estrada com a formação*. E nós partilhamos este modo de vêr

É provavel o encontro de forças *nas estradas* e na proximidade do inimigo? Em vista do que dissemos é uma hipótese a regeitar.

E longe dele? Nesta situação teremos os dois casos: ou as forças pódem sair das estradas e o cruzamento é facilimo, ou não pódem e — admitâmos — teem de diminuir a frente aumentando no dobro a profundidade. Ora, se as nossas forças não pódem sair das estradas tambem o adversario mais para temer, a cavalaria inimiga, não pode, a cavallo, lá ir!

Mas, as surpresas? o fogo feito por atiradores embuscados, etc.? O seu efeito sobre as forças que se cruzam será sensivelmente igual, porque, se num caso é mais extenso o conjunto das duas, mais denso é no outro.

Uma pergunta feita por s. ex.^a julgamos que deve ser transcrita textualmente: «Póde-se acaso argumentar com regulamentos anteriores, quando se sabe que as exigencias desses regulamentos, em plasticidade, para as formações era muito menor que actualmente?»

Mostrámos no nosso artigo que a actual colúna tem uma frente menor do que as congeneres empregadas pelos regulamentos anteriores do nosso país, e fizemol-o porque entendemos que, sob o aspéto da deslocação das tropas tal argumento era valioso. E cada vez o julgamos mais!

As exigencias dos novos regulamentos incidem sobre as formações de combate e preparatorias de combate, devido, como se sabe, aos progressos do armamento. As condições a que devem subordinar-se as de marcha, como já dissemos, são outras e até, se ha desvantagem em citar regulamentos antigos sob o aspecto que nos interessa, é decerto para nós, pela deficiência da rêde de viação existente nas epochas de vigencia dalguns.

Diremos finalmente duas palavras sobre o argumento novo

que se refere aos caminhos. Uma formação *normal* de marcha não póde subordinar-se aos caminhos; o ideal seria realmente que pudesse transitar por toda a parte, sem sofrer alteração de frente, mas . . . *o optimo é inimigo do bom*.

Depois do que fica exposto, é indiscutível que a nova colúna deveria ter sido estudada, como dissémos já, com minuciosa atenção e não podemos acreditar que se faça resurgir uma formação defeituosa e antiquada, como é a colúna de 3, com o pretexto de que a actual não cabe nos caminhos!

*

*

*

Alongámo-nos mais do que desejavamos nas considerações relativas a uma parte do artigo do sr. capitão Sarmiento, o que nos obriga a adiar o exame que pretendemos fazer sobre a parte restante.

Não podendo concordar com muitas opiniões expostas, que julgamos em grande parte prejudiciais á arma a que pretendemos e, dada a situação especial do seu auctor, entendemos indispensavel rebatel-as com vigor, para obstar, quanto em nós caiba, a sua realização pratica. Resolva a contenda, quem de direito!

Mas um facto subsiste aterrador: as profundas divergencias que separam os officiaes da nossa cavalaria. Reunir tantos esforços dispersos; obter, quanto possivel, a mesma conformidade de opiniões, eis o problema que exige immediata solução!

F. CARMONA

Major de cavalaria

CRÓNICA DO EXERCITO ESPANHOL

I — O recrutamento para o exercito de ocupação de Marrocos. Vantagens concedidas. Dificuldades que o governo tem encontrado em obter voluntarios. A falta de preparação para a guerra africana

A guerra que a Espanha está sustentando em Marrocos, não tem tomado de fôrma nenhuma o caracter de uma guerra nacional, antes pelo contrario, tem levantado uma opposição violenta na imprensa e na maioria da população do visinho reino tendo já dado lugar a conflitos sangrentos.

É com uma relutancia enorme que os batalhões, esquadrões e baterias, marcham da metropole para o Norte d'África.

O governo tem procurado obter *voluntarios* para preencher os efectivos das unidades enviadas para Marrocos, sem ter de recorrer ao sorteamento entre os homens dos contingentes; mas o voluntariado pouco, ou nada tem dado.

A lei de 5 de junho de 1912, estabelecendo o alistamento para a Africa por um periodo minimo de 4 anos, e sendo as readmissões tambem por igual periodo, não deu resultado. Tendo-se reconhecido que tão longos periodos, a que eram obrigados os voluntarios, constituíam uma das causas que fazia re-trair o alistamento voluntario, teve-se de reduzir o tempo de serviço e de aumentar as vantagens concedidas.

O decreto de 10 de julho de 1913, estabeleceu, como principio, que o exercito de operações e de ocupação da zona marroquina espanhola, fosse constituído com *voluntarios*, e que só na falta destes, se recorresse ao sorteio entre os mancebos recrutados para o exercito metropolitano. Para facilitar os alistamentos, permitiu-se que estes se realisassem em todos os municipios de Espanha, nas zonas de recrutamento, e no estrangeiro, perante os agentes diplomaticos ou consulares.

E' permitido o alistamento voluntario aos individuos que tenham completado 19 anos de idade e até aos 35.

Os individuos que pertençam ao exercito, podem alistar-se por um periodo de 2, 3 ou 4 anos (mas só podem alistar-se por 2, os que tenham já 2 anos de serviço nas fileiras); e os que não sejam militares, só se alistam por 3 ou 4 anos.

Por cada voluntario que se aliste, regressará á Peninsula um recruta dos que tenham sido sorteados para servir nos corpos de Africa ¹.

A cada voluntario é concedido um *premio* pecuniario, recebendo uma quota parte no acto do alistamento, outra ao terminar o periodo por que se alistou, e outra que irá recebendo em quotas semestrais.

Os premios, são assim repartidos:

1.º — Por um periodo de 2 anos	{	30\$000 rs. na ocasião do alistamento;
		20\$000 rs. ao terminar o periodo de alistamento;
		10\$000 rs. por cada semestre.
2.º — Por um periodo de 3 anos	{	40\$000 rs. ao alistar-se;
		35\$000 rs. no fim do periodo;
		10\$000 rs. por cada semestre.
3.º — Por um periodo de 4 anos	{	60\$000 rs. ao alistar-se;
		50\$000 rs. no fim do periodo;
		10\$000 rs. por cada semestre.

Os individuos que não estejam servindo nas fileiras recebem:

por um periodo de 3 anos, respectivamente 30\$000 rs. no principio e 35\$000 rs. no fim; e uma gratificação de 10\$000 rs. no fim de cada semestre.

por um periodo de 4 anos — 40\$000 e 50\$000 rs. e 10\$000 rs. de gratificação no fim de cada semestre.

¹ Do contingente de 1913, foram enviados para os corpos de Africa 20:958, sendo 12:353 para Melilla, 6:420 para Ceuta e 2:185 para Larache, tendo embarcado nos portos de Malaga, Almeria, Valencia, Cartagena, Algeciras e Cadiz.

Os recrutas sorteados para a Africa, podem apresentar um *substituto*, que deve reunir as condições fisicas necessarias.

Os periodos de readmissão que só podiam ser de 2, 3 ou 4 anos, podem mesmo ser de um ano (decreto de 18 de dezembro de 1913). Os que se readmitirem por um ano, recebem na ocasião da readmissão 50\$000 rs. e outros 50\$000 rs. no fim. Terminado um periodo minimo de 4 anos de serviço como voluntario no exercito de Africa, os militares recebem baixa de serviço, se não se quizerem readmitir, e isentos de todo o serviço militar.

O tempo de serviço prestado na Africa, é contado pelo dobro, quando as praças queiram regressar ao exercito metropolitano.

Teem direito á *reforma* os que tenham servido em Africa, por um periodo minimo de 10 anos, recebendo as seguintes pensões anuais:

	Soldados	Cabos	Sargentos	Brigadas	Sub-officiais
No fim de 10 anos	— 48\$000 —	60\$ —	90\$ —	108\$ —	162\$ rs.
» » » 12 »	— 68\$000 —	80\$ —	108\$ —	130\$ —	190\$ rs.
» » » 15 «	— 88\$000 —	100\$ —	136\$ —	162\$ —	230\$ rs.

A idade obrigatoria da reforma é aos 45 anos para os soldados e cabos, e para os officiais inferiores, são as fixadas para o exercito metropolitano.

Os militares que tenham servido, pelo menos 10 anos na Africa, além das vantagens enumeradas, podem obter parcelas de terreno para cultivarem, de modo que possam sustentar um matrimonio com 4 filhos.

Estes terrenos constituirão propriedades suas, que poderão arrendar, vender ou legar.

Com esta medida, tenciona o governo espanhol constituir *colonias militares*. Estes militares constituirão *reservas locais*, não podendo entrar em operações fóra da sua colonia.

Todas estas medidas faziam nascer a esperança que o numero de voluntarios seria grande, e que assim se desviaria a corrente emigratoria para as Americas, onde são vitimas das maiores miserias, milhares de espanhois.

Para facilitar os alistamentos, o governo procurou *arrematar* o privilegio a um *engajador*, que fosse encarregado de apresentar os voluntarios, percorrendo o país para esse fim. Era o processo empregado na Inglaterra para obter os voluntarios para o exercito regular. Os usos e costumes, são porém, outros

na Península, e a inovação não deu resultado. Apenas apareceu um arrematante de recrutas para Marrocos (o sr. Castanheira), mas esse mesmo, não tendo dado as cauções exigidas, não pôde obter o privilegio, apesar do governo lhe conceder um premio de 60\$000 rs. por cada recruta que ele apresentasse.

As vantagens concedidas não excitaram a cubiça, porque o alistamento é mal visto em todo o país, sentindo todos uma repulsão grande em ir combater para a Africa, onde o clima e as balas do inimigo continuam ceifando centenas de vidas.

Ha seculos, que a Espanha rega com o sangue de seus filhos as terras africanas ¹, e, nessa luta heroica, mas ingloria, pouco tem conseguido. Desde que teve logar o *convenio* hispano-francês de 1902, e depois o acordo secreto de 7 d'outubro de 1904 (no qual influiu a Inglaterra) a Espanha preparava-se a exercer uma influencia mais efectiva e mais ampla no Norte de Africa, e por isso em 1910, o governo espanhol assinava um tratado com El-Mokri, e em 1911 enviava uma expedição ao Rif, que foi alargando a esfera de acção espanhola em torno de Larache, de Melilla e de Ceuta, até que a convenção de 27 de novembro de 1912 com a França definiu a acção das duas potencias no territorio marroquino, levou a Espanha a ocupar Tetuão, que muitos *africanistas* espanhóis (entre eles o senador Maestre) consideravam uma posição estrategica de primeira ordem.

Desde então a Espanha tem aumentado as forças de operações, tendo hoje ali, mais de 60:000 homens; mas, que tem resultado dos milhões de pesetas ² que ali tem dispendido, das centenas de mortos, e dos numerosos feridos e doentes, que continuamente são transportados á Península?

Por todo o país se levanta um clamor contra tal sacrificio de vidas e dinheiro.

Por todos os meios se procura fugir ao serviço militar. O governo confessa que mais de 100:000 refratarios tem havido nos ultimos 4 anos.

¹ Os espanhóis ocupam Melilla desde 1496, Ceuta desde 1580, Velez de la Gomera desde 1508, Alhucemas desde 1673, as Chafarinas desde 1848.

² O senador Maestre ainda ha pouco disse, que a Espanha gasta quasi um milhão de pesetas por dia com a guerra de Marrocos.

Em 1913, houve 37:000 refratarios, numero que excedeu o dos anos anteriores, emigrando quasi todos para a America.

Os homens feridos ou inutilizados, atingem um numero assustador. Numerosas comissões de senhoras (a mais importante presidida pela rainha Victoria), tratam de angariar socorros para estes homens, ou para as familias dos mortos na campanha. É nas igrejas, que principalmente as senhoras da nobreza, imploram a caridade publica. A grande comissão, presidida pela rainha Victoria, tem já reunido 1.435:336 pesetas.

Não admira, pois, que uma guerra com tão graves consequencias e sem resultados praticos, se torne impopular.

As despezas com a guerra, vieram agravar a situação financeira do país visinho. Ainda ha pouco, o conde de Romanones, disse em Alicante, que 75 0/0 dos rendimentos do Estado, são destinados ao pagamento dos juros da divida publica, á defeza nacional e ás classes passivas, ficando apenas 25 0/0 para os diferentes encargos da instrução e do fomento da riquêsa nacional! Como pode, pois, progredir uma nação nestas circunstancias financeiras?

Porque teem sido quasi nulas as operações realizadas pelo exercito espanhol, cujo efectivo pouco inferior é ao que a França tem em Marrocos? E' esta uma pergunta que muita gente formula e a que não é muito difficil de responder.

Em primeiro logar as operações teem sido realizadas com uma incrível lentidão, incompativel com o efectivo do exercito de operações.

As tropas espanholas, limitam-se a pequenas lutas, parecendo antes uma guerra de *guerrilhas*. Quasi todos os dias saem destacamentos em *reconhecimentos ofensivos* — é a *guerra dos reconhecimentos* —, que repelem os ataques dos mouros, que se apresentam em grupos de 20 a 30, mas que sofrem sempre algumas baixas. Uma guerra feita assim, produz um enervamento nas tropas, ao mesmo tempo que vai encorajando o inimigo. Nalguns dias são forças importantes em *passeios militares*, que se afastam alguns quilometros dos pontos de guarnição, para voltarem pelo mesmo caminho, ou por outro, travando escaramuças, que dão em resultado alguns mortos, ou feridos.

Os comboios de viveres, teem de ser escoltados e são quasi sempre atacados.

Num dia é um batalhão que sai de Tetuão pela estrada de

Ceuta em direcção aos *Kalalis*, regressando pelo caminho do rio Martin; noutros, é um reconhecimento sobre o Dersa, dando lugar a pequenas escaramuças; outras vezes é um reconhecimento ao dorso dos Arapiles; e ainda são forças que saem do Rincon del Medik em passeio militar, avançando até proximo de Tetuão, para regressarem pelo mesmo caminho.

Para proteger o *Zoco* que se reúne em Had de Arrui na Cabilia de Beni-Bu-Yahie, são precisas 3 colunas, que, saindo dos acampamentos de Zeluán, Yadumen e Taurirt-Narrich, teem de ir tomar posição nas proximidades, e só retiram para os acampamentos depois de terminado o mercado.

Os mouros animados com a fraquêsã que os espanhois mostram em fazer a guerra, atrevem-se mesmo a vir atacar Peñon e Alhucemas.

Os rifenhos são duros, intrataveis, astuciosos, operando como salteadores, em pequenos grupos, e refugiando-se, logo que são perseguidos por forças superiores, nas fragosidades das numerosas montanhas do Rif.

Ha quem afirme que os espanhois conhecem pouco o Rif, apesar de terem ahí sustentado numerosas guerras, e que os officiais saem das academias militares, sem terem recebido uma só lição da geografia especial do territorio, sob a influencia da Espanha, e que durante os 3 anos do curso, apenas teem 6 lições de geografia militar geral, do imperio marroquino.

Outros afirmam (Pablo Iglesias) que a guerra em Marrocos é uma industria dos officiais espanhois, como se o arriscar a vida, fosse cousa convidativa. Outros, pelo contrario, admiram a tenacidade e desinteresse dos officiais espanhois que, expondo-se continuamente á morte e arruinando a sua saude, apenas teem um aumento de 50 % nos vencimentos, enquanto que os funcionarios civis, arriscando-se menos e fruindo maiores comodidades, recebem vencimentos dobrados.

E' certo, porém, e não admite contestação, que se um exercito de 60:000 homens tivesse operado com maior energia e realizando operações de maior envergadura, a guerra teria terminado e com menor dispendio de vidas e de dinheiro.

Os francêses, com um exercito de 85:000 homens e operando num territorio mais extenso, teem obtido resultados de maior importancia.

E' certo, que, nas operações militares, teem empregado em

larga escala tropas indigenas (argelianos, sudaneses, senegaleses e marroquinos), e que teem procedido de uma reorganização administrativa muito bem pensada, tendo recebido um eficaz auxilio do *Maghzen* marroquino e das autoridades indigenas, e que o protetorado tem sido entregue em mãos habeis; e contudo a luta com os berberes tem sido difficil.

Os espanhois, pelo contrario, persistem nos seus erros administrativos.

O general Alfán, mostrou conhecer pouco os indigenas e a região em que operava. O general Marina, em quem todos reconheciam uma maior capacidade para dirigir as operações e acção administrativa na zona de influencia confiada á Espanha, pouco mais tem adiantado. Eis, em resumo, o estado da questão marroquina que tanta celeuma tem levantado no país vizinho, e onde muitas vezes as discussões teem tomado o character, mais de uma luta de partidos, do que duma questão nacional. *Cá e lá. . .*

*

* * *

II — Escola superior de guerra. Instruções para o tirocinio dos alúnos

Em substituição das *Instruções* publicadas na *Real Ordem* de 2 de novembro de 1907, foram agora publicadas novas *Instruções* (26 de agosto de 1913).

Os officiaes que concluem com aproveitamento o curso da Escola Superior de Guerra vão fazer um tirocinio, que dura dois anos nas diversas armas (excepto naquella a que o official pertença), sendo 6 meses em cada uma das armas de infantaria, cavalaria e artilharia (indo os de engenharia para a cavalaria e artilharia) ¹, 6 meses nos estados maiores das capitánias gerais ou comandancias gerais de Ceuta, Melilla ou Larache, 3 meses nas comissões de levantamentos topograficos, e 3 meses nas comissões do *Mapa militar*. Durante estes tirocinios tomam

¹ Nos corpos os tirocinantes exercem o comando das unidades nos exercicios e na instrução, e alternam com os officiaes do corpo no serviço interno.

Durante os 2 anos os tirocinantes teem cavallo e os mesmos vencimentos que tinham na *Escola superior de guerra* (como se estivessem arregimentados e um subsidio para livros).

parte nos cursos de instrução da *Escola central de tiro*, assistindo também aos exercícios das escolas praticas de infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e serviço aeronautico, assim como devem tomar parte nas grandes manobras do outono, nos ensaios de mobilização e concentração e exercícios de armas combinadas, desempenhando nestes exercícios funções de oficiais de estado maior.

Durante os tirocinios os oficiais continuam a estar subordinados ao director da *Escola superior de guerra*, ao qual deverão entregar uma *Memoria* em seguida aos serviços que desempenharam nos corpos, nas capitánias ou comandancias, e nas comissões topograficas.

Estas *Memorias* são entregues no praso de sete dias, depois de terminado cada um dos tirocinios.

Os comandantes dos corpos ou chefes dos serviços em que tenham tirocinado os alúnos enviam ao director da Escola superior de guerra a sua *informação* acerca dos trabalhos executados pelos tirocinantes, da sua aptidão, do seu character, do seu espirito militar, das condições fisicas, etc., fazendo a classificação com a indicação de *suficiente*, *bom* ou *muito bom* (a que correspondem as notas 2, 4, 6 para a classificação final). E' em virtude das informações e das notas obtidas durante o curso que a *comissão de classificação* determina a classificação final dos alúnos, que será a *media* da classificação escolar e da classificação nos tirocinios. Esta comissão dá então a classificação de *apto* ou *não apto* para o serviço de estado maior. O que tiver a classificação de *suficiente* não pode ir para o corpo de estado maior.

*

*

*

III — As novas promoções no generalato

No mês de dezembro findo foram promovidos no exercito espanhol 4 generais de brigada a generais de divisão e 4 coroneis a generais de brigada. Como se sabe, a promoção ao generalato no exercito espanhol é por *escolha*, e não por antiguidade, como preceitua a lei organica de 19 de julho de 1889 no seu art. 8.º.

A promoção dos generais de brigada e dos coroneis aos postos imediatos é publicada no *Diario Oficial*, sendo acom-

panhada de uma exposição dos serviços prestados pelos oficiais e que serve de justificação á escolha efectuada.

E' daquele *Diario* que recortamos as indicações seguintes relativas aos oficiais generais recentemente promovidos.

«O general de brigada D. Germán Brandeis Gleichauf, promovido a general de divisão, era o n.º 14 na escala. Tinha 5 anos e 4 meses de posto e 39 anos e 8 meses de serviço. Tem 62 anos de idade.

Era alferes do exercito alemão e entrou ao serviço da Espanha na guerra contra os carlistas, ficando desde então no exercito espanhol».

«O general de brigada D. Francisco Martin Arrúe, promovido ao posto imediato, era o n.º 9 da escala, tendo 5 anos e 9 meses de antiguidade de posto.

Tem 47 anos e 11 meses de serviço e 63 de idade».

«O general de brigada D. Fernando Carbó y Diaz era o n.º 7 na escala.

Tinha 5 anos e 9 meses de posto, 40 anos de serviço e 58 de idade».

«O general de brigada D. Frederico de Madariaga y Suárez era o n.º 5 na escala. Tinha 5 anos e 11 meses de antiguidade no posto, 44 anos e 7 meses de serviço e quasi 65 anos de idade».

«O coronel de infantaria D. José Pulleiro Moredó, promovido a general de brigada, era o n.º 7 na escala e tinha 6 anos de antiguidade no posto.

Foi promovido a alferes em setembro de 1875 e a coronel em julho de 1907.

Tem 56 anos de idade».

«O coronel de cavalaria D. José Chacón y Perez era o n.º 12 na escala, e tinha 7 anos no posto. Foi promovido a alferes em abril de 1873. Tem 42 anos e 6 meses de serviço e 60 anos de idade».

«O coronel de engenharia D. Rafael Peralta y Maroto era o n.º 1 na escala. Tinha 8 anos de antiguidade no posto, 41 anos e 3 meses de serviço e 59 anos de idade».

«O coronel de infantaria D. Jose Borredá Alares era o n.º 13 na escala e tinha 6 anos de posto. Tem 41 anos e 6 meses de serviço e 58 anos de idade. Comandava o regimento de infantaria n.º 60».

IV — O contingente de 1913, sua distribuição e incorporação

Por decreto de 1 de outubro de 1913 foram mandados incorporar nas fileiras 71.000 recrutas, sendo 319, que tinham sido adiados no ano anterior, 10.575 que foram sujeitos a revisão e 60.106 da classe de 1913, e que serviram de base á repartição do contingente.

Tendo sido julgados aptos para o serviço 98.651 homens, ficaram pertencendo á 2.^a parte do contingente (com instrução reduzida) 27.651.

Ainda que a lei de recrutamento determine que a incorporação comece em 1 de novembro, contudo tem sido pratica seguida fazer-se essa incorporação em 1 de março; isto é, 4 meses depois da época legal, por ser difficil ministrar a instrução na época de inverno. Este ano, porem, havia uma necessidade urgente em fazer a incorporação mais cedo para poder repatriar os homens que nos corpos de Marrocos estão a terminar o seu tempo de serviço, e foi assim que foi determinado que os recrutas do contingente de 1913 se reunissem nos dias 10, 11 e 12 de janeiro nos depositos de recrutas, donde são então enviados para os corpos de modo que estes fiquem com os efectivos organicos, fixados pelo ministerio da guerra.

São tambem mandados apresentar os recrutas destinados á infantaria de marinha, os que vão para as guarnições do Norte de Africa e para a brigada disciplinar de Melilla.

Os voluntarios, fazendo parte do contingente, continuam nos corpos em que se alistaram, menos os que teem de ir para os corpos de Africa.

Os recrutas, ao apresentarem-se nos depositos são mensurados e inspeccionados por medicos militares que verificarão o seu estado sanitario.

Os que não forem julgados aptos para o serviço, são substituidos por individuos da 2.^a parte do contingente, pertencentes á mesma freguezia.

Todos os que forem considerados *refractorios* são enviados para as guarnições de Africa.

Ao regimento de caminhos de ferro são destinados os que

O número de recrutas a incorporar é inferior ao número fixado no orçamento.

*

* *

V — Alterações á lei de promoções dos oficiais inferiores e á lei de recompensas

A *Real Ordem Circular* de 11 de dezembro de 1913 alterou a lei de promoções dos oficiais inferiores, determinando que para a promoção a *sargento* sejam precisos, pelo menos, 6 meses de serviço como cabo ou soldado; e para a promoção a *brigadas* ou a *sub-official* é preciso ter servido no posto anterior, pelo menos, 6 meses em serviço armado. Como consequencia desta determinação, os cabos, sargentos e brigadas, que estejam desempenhando serviços não armados, deverão recolher ás suas unidades com a antecedência necessaria para poderem satisfazer aquella condição.

De futuro, os sargentos e brigadas não poderão ser collocados fóra dos serviços armados sem terem, pelo menos, um ano de serviço nos seus postos. Aos cabos e soldados são exigidos 6 meses nestes serviços.

Como a lei de recrutamento permite que os filhos dos officiais possam alistar-se como *voluntarios* com 14 anos de idade, e, como é corrente promove-los a cabos, logo que têm o tempo de serviço regulamentar, a experiencia tem mostrado que, pela pouca idade destes militares, a maior parte das vezes não estão em condições de assumir as responsabilidades inerentes ao seu posto. Para obviar que se dêm factos desagradaveis, foi determinado que a promoção a cabo não possa ter lugar antes dos 17 anos de idade, e que o serviço prestado antes dos 16 anos não deve ser levado em conta para os efeitos de *readmissão*.

Novamente foi alterada a *lei de recompensas* dos officiais inferiores, cabos e soldados.

Aos *cabos* e *soldados* em *tempo de paz* podem ser concedidas como recompensas: *Menção honorifica* e a cruz de prata de merito militar com distintivo branco, e que pode ser *pensionada* com 2,5 ou 7,5 pesetas por mês até á promoção a *sargento*, ou mesmo durante todo o tempo de serviço activo.

Aos *sargentos* pode ser concedida a mesma cruz pensionada

com 7,5 pesetas por mês até serem promovidos ao posto superior, ou durante todo o serviço activo.

Os *brigadas* podem ter a cruz pensionada com 10 pesetas nas mesmas condições, e aos *sub-oficiais* é concedida da mesma forma com a pensão de 15 pesetas.

Em *tempo de guerra*, os soldados e cabos podem ter as seguintes recompensas: Menção honorifica: cruz de prata de merito militar com distintivo roxo, e que pode ser pensionada com 2,5 ou 7,5 pesetas nas mesmas condições que para o tempo de paz; promoção ao posto imediato; e cruz de S. Fernando. Os que forem gravemente feridos podem ter as pensões vitalicias.

Aos sargentos pode ser concedida a cruz roxa de merito militar, sendo as pensões de 7,5 pesetas a 25; podem ser promovidos a brigadas ou a 2.^{os} tenentes da escala de reserva retribuida; e finalmente a cruz de S. Fernando.

Aos sub-oficiais a cruz roxa de merito militar pode ser pensionada nas mesmas condições e com 15 a 35 pesetas; podem tambem receber a cruz de prata da Real e Militar Ordem de Maria Christina com a pensão vitalicia de 50 pesetas; e finalmente a cruz de S. Fernando.

V. CESAR

Tenente-coronel



REMONTA E PRODUÇÃO CAVALAR

Influenciado, em parte, por um artigo que nas paginas desta Revista ¹ publicamos, iniciou um dos nossos mais distintos officiais, num conceituado jornal diario de Lisboa ², uma série de artigos, em que procurava chamar a atenção dos tecnicos e dos lavradores, sobre a importante questão da remonta, que não só interessa fundamentalmente ao bom serviço do exercito como tambem á riqueza nacional. Infelizmente, porém, os tecnicos e os lavradores, não corresponderam ao apelo que se lhe fazia, quer nas paginas desta Revista, quer nas do jornal *Seculo*, com um fim tão patriotico e a discussão da questão não passou de algumas e por certo reduzidas conversas, que não exerceram qualquer influencia sobre os elementos a quem compéte o estudo de problema de tão magna importancia.

Efectivamente, tendo o actual ministro da guerra, solicitado do parlamento as verbas julgadas indispensaveis para fazer face á crise lamentavel porque passa actualmente a remonta, creditos que, diga-se em abono da verdade, foram votados quasi sem discordancia pelos parlamentares de todos os partidos que bem compreenderam o elevado alcance patriotico, de colocar o exercito em condições de poder desempenhar-se da sua missão; aguardavamos, esperançadamente, que os elementos a que atrás aludimos, tendo-se compenetrado dumã tal situação, tivessem estudado uma solução que satisfizesse não só á actual crise, mas que servisse tambem de base a um maior e melhor desenvolvimento da produção do cavalo nacional, sem o que a verba agora votada representará apenas um encargo de que o país e o exercito não tiram o rendimento de que seria susceptivel.

¹ *Revista Militar*, n.º 12 de 1913.

² *Seculo*, de 9 e 23 de fevereiro de 1914. O exercito e a remonta, por Eduardo Barbosa, major infantaria.

Como já aqui dissemos o problema da remonta é vasto e complexo, não podendo portanto sêr encarado sómente pela situação presente; é indispensavel *ve-lo* e resolve-lo em toda a sua amplitude, para o que se torna indispensavel o desinteressado concurso de todos os que possam esclarecê-lo devidamente, e entre estes constitue certamente um dos elementos de maior valia o pequeno lavrador, o qual mostrando claramente, as circunstancias em que se encontra, indicaria a fórma porque poderia tambem concorrer para o desenvolvimento da produção cavalari.

E não se diga que estes sejam elementos a desprezar pois embora a sua produção, considerada individualmente, seja pequena, poderiam no entanto na sua totalidade, visto serem a grande maioria largamente concorrer para o fim vizado.

Lançando as vistas para o que se passa lá fóra, não será difficil reconhecer, a fórma carinhoza e a grandeza de orientação com que todas as nações procuram assegurar o serviço de remonta, sendo justo entre elas especialisar a Italia e a Espanha e bom seria que, quanto antes, se procurasse, entre nós tambem, encarar o problema com o mesmo amôr e grandeza de vistas para que não possam continuar a ter applicação as palavras do relatorio que preceda a actual lei de remonta: «— A indiscutivel importância que tem nos exercitos modernos um serviço de remonta bem organizado, parece ter sido desconhecida entre nós desde largos anos, tal é o estado de decadencia e abandono em que se encontra actualmente».

«Não tendo sido adoptadas medidas especiais tendentes a proteger a industria equina, fortemente abalada pelos progressos industriais da viação e por outras cousas, tem ella, abandonada a si propria, definhando sucessivamente e por tal forma que hoje, como é sabido, é perfeitamente illusoria a mobilisação das nossas unidades montadas.

Assim, não só é muito deficiente o numero de animais de que dispõe o país, mas, e sobretudo, a sua qualidade está longe de satisfazer ás condições de fundo e velocidade indispensaveis para que as operações de campanha possam ser dirigidas com a necessaria rapidez e que os principios que regem a applicação das tropas montadas sejam integralmente applicados».

Como bem reconhece o trecho que acabamos de citar á nossa minguidissima produção cavalari, faltam as qualidades

de fundo e velocidade que hoje são indispensaves ao cavalo de remonta e nessas ninguem, scientificamente, póde contestar, assim como nas de *fórma*, exercer notavel influencia a mãe. Ainda quando o pai satisfaça a todos os requisitos dum bom garanhão, que produtos se poderão esperar, duma egua raquítica, falta de aprumos, cheia de taras ancestrais?

Ora a melhoria da nossa produção cavalara, sob este ponto de vista, muito poderia ter lucrado com os ultimos creditos votados se a comissão tecnica de remonta, tivessem incluído no seu plano de compras, o que não fez como se depreende dos anuncios publicados, um certo numero de eguas nas condições fixadas pelos tecnicos competentes. que pudessem servir de base para melhoria do cavalo de remonta. Essas eguas depois de satisfeitas as condições que fossem determinadas, seriam entregues aos lavradores que as poderiam utilizar para trabalhos agricolas ou outros, com a condição de as submeterem á reprodução utilizando sómente para esse fim o garanhão que lhe fosse indicado.

Medida semelhante foi em 1910 adotada pela Italia a fim de facilitar a produção do cavalo para a artilharia. Neste intuito, o ministerio da guerra adquerio 400 eguas, que poz á disposição dos lavradores durante dois anos consecutivos sob a clausula porém, de as submeterem á reprodução, utilizando para este efeito, sómente os garanhões indicadas pelo governo.

Os potros nascidos destas eguas são pertenças dos lavradores tendo porém o estado sempre preferencia na compra; os lavradores cuja egua pára um potro e tenham posses para as despesas de criação destes, terão direito a ficar mais 2 anos com a egua e além disso os creadores são indemnizados das despesas de recreação, pois que se lhes pagará, aproximadamente, 150 escudos pelos potros de 2 anos; 160 escudos pelos de 2 anos e meio e 185 escudos pelos de 3 anos. Os lavradores ainda receberão premios pelo bom estado das eguas de que se tenham encarregado, premios que variam de 36 a 44 escudos para as eguas que tenham tido um potro, 30 a 36 para as que tenham abortado e 26 a 28 escudos para as estereis.

O exemplo que apresentamos parece-nos, quando modificado segundo as exigencias do meio e criteriosamente aplicado, susceptivel de produzir resultados apreciaveis; mas seja utilizando este meio seja qualquer outro urge caminhar segura

e rapidamente para poder fazer face ás necessidades da remonta, o que não se consegue procurando sómente preencher as faltas existentes na fileira, é preciso olhar o problema de frente e encarar em toda a sua gravidade o problema da mobilisação.

Parece-nos também indispensavel estudar a questão das atrelagens para a artilharia; dado que possa satisfazer para a tracção da *montada* o gado muar, o que duvidamos, o mesmo certamente não se dá com as baterias a cavalo ás quais se exigem em campanha, esforços que não pódem sêr dados senão por cavalos que satisfaçam a condições que não se pódem classificar de pouco exigentes, será bom não nos iludirmos com exercicios mais ou menos espetaculosos, pois se por todos está reconhecido que o cavalo exige mais cuidados e tratamento que a muar, igualmente todos reconhecem sob o ponto de vista da velocidade energia e fundo, a superioridade do cavalo.

JULIO DE MORAES SARMENTO

Cap. de cav.



NO TEMPO DOS FRANCESES

(Continuado da pag. 134)

VII

Amarante

Com a surprêsa da *Convenção de Cintra*, terminava, a 31 de agosto de 1808, a tragi-comedia que os actores ambulantes — Delrymple e Burrard — haviam principiado ou feito principiar em Buarcos!

Junot, batido, vencia!!

O inglês — o corcodilo do Norte — desaparecido o caçador, podia voltar descuidado para o mar!

Porém, pelas estradas de Bayona e Irum ¹, a França continuava golfando na península os intermináveis batalhões, esquadões e baterias, com que o genio militar de Napoleão procurava reduzir ao grande *Plano Continental* o orgulho e a vaidade dos hespanhois, a pertinacia e dubitação dos portugueses.

A Junot seguiu-se Soult, quando ecoavam ainda por todo o país, as lagrimas e os suspiros dos derrotados da Corunha...

Tentada sem resultado—nos principios de março de 1809,— a passagem do Minho, o duque de Dalmacia, procurou a fronteira de Trás-os-Montes. Afugentados de Monterey os 16.000 do marquês de lá Romana, ficava a descoberto a pequena divisão de Silveira: infantaria 12 e 24, milicianos de Chaves e de Vila Real, de Miranda, de Bragança e de Moncorvo, cavalaria 6, 9 e 12 e algumas bôcas de fogo de artilharia 4.

¹ C. W. Robinson—*A guerra da península*, tradução portuguesa de Matias Nunes, pags. 28.

A providencia do desventurado Bernardim Freire de Andrade, sobavisara o felis guerrilheiro de Vila Real.

Seis dias gastou o general de Napoleão a vencer essa nesga de terreno entre a fronteira e Chaves. Nela houve travar os cinco lendarios combates: ponte de Vilaça, os dois de Gironda, Vila-rinho da Raia e Silveira!

Estava-se a 12 de março.

O amor ao seu torrão levou bastantes transmontanos ao rasgo quixotesco de querer defender o indefensavel — Chaves!...

... Silveira, do alto de St.^a Barbara, assistiu, com as lagrimas da raiva impotente, ao esmagar dessa efémera resistencia, a que a indisciplina de alguns soldados e o acrisolado amôr dos populares forçara o pobre coronel Pizarro.

Os franceses, estimulados pela facilidade desta vitoria, alastraram pela veiga do Tamega e propõem-se a esmagar o futuro conde de Amarante!²

Silveira, vista a potestade do exercito inimigo, retira de posição em posição, sobre Vila Pouca de Aguiar, fazendo demonstrações, intercetando a passagem, demorando o passo ao invasôr, na bôa estrada que de Chaves conduz ao Porto, por Amarante, Penafiel e Baltar.

A pertinacia do general portugûes e o temeroso desfiladeiro de Vila Pouca, em que Silveira o esperava, fizeram reconsiderar e desistir o Soult do seu primeiro proposito. Pára. Retrográda; e deixando em Chaves os 1.300 de Messenger, dirige-se, pelas Boticas, sobre Braga. Em sete dias — esmagada em Salamonde, Ruivães e Carvalho d'Este, a tumultuosa resistencia dos minhotos — batia ás portas da grande cidade do Douro!

— Retiram; mas em Chaves ficaram franceses — disseram a Silveira.

— Avança; vamos a eles! — ordenou.

A 20, pelos lados do Cavaleiro da Amoreira e pela brecha dos Açougues, precipita-se sobre os 1.300 da guarnição. O combate foi renhido, mas a vitoria pertence-lhe no fim do dia. Menager, para salvar-se, encurralou-se no forte de S. Francisco.

A tomada daquêle famoso miradouro, que domina a vila e

² A. P. Taveira — *Estudo historico sobre a Campanha do marechal Soult em Portugal.*

a extensa e verdejante veiga do Tamega, era, já agora, um capricho para o character do Silveira, e uma explicação que o general devia ao país: Necessitava demonstrar que a posição era insustentavel.

Apertado no minuscuro recinto a que se acolhera, Messenger — um bravo soldado — recusa capitular.

— Pois, sim; render-se-há pela fome! — condenou Silveira.

Porém, a hipótese presumivel que Soult voltasse atrás a descercar os sitiados preocupava-o. Urgia, portanto, acabar depressa, para não comprometer o lance audacioso, iniciado com tanta felicidade.

Arengou pois aos seus:

— «E' necessario que amanhã, o 12 trepe pelas muralhas, do lado do picadeiro de cavalaria. o 24 pelas portas e os milicianos pela Senhora da Lapa...»

... No arranjo dos aprestos para o assalto se passou a noite de 24 para 25.

A' luz da alvorada Messenger pôde diferenciar as três colunas que, resolutas, caminhavam para a escalada. A bandeira branca das capitulações appareceu então ao de cima das muralhas: O francês rendia-se á descrição! ¹.

¹ Porque a copia do *diploma historico* fosse documento que muitos flavientes de importancia houvessem e guardassem como preciosa reliquia e constituisse um dos mais dramaticos fasciculos da estirada *Lenda* do Silveira, porisso a transcrevo na integra:

«Capitulação»

feita entre os Ill.^{mo} Ex.^{mo} Snr. Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, governador das armas da provincia de Trás-os-Montes e comandante da tropa da mesma, com o sr. chefe de batalhão, Messenger, comandante da tropa francesa da guarnição da cidadela do forte de S. Francisco, da praça de Chaves:

«Art. 1.^o—O forte de S. Francisco, de Chaves, será entregue já ás tropas portuguezas, que estão debaixo do comando do dito sr. general Silveira.

«Art. 2.^o—A guarnição deporá as armas e ficará prisioneira de guerra, ficando guardada em uma vila ou praça que lhe assinar o dito sr. general Silveira.

«Art. 3.^o—Aos officiais, officiais inferiores, soldados e empregados da administração civil, é concedida a sua bagagem pessoal, bem entendido que é só o seu fato militar.

«Art. 4.^o—Os cavalos dos officiais e da tropa, todas as munições e todos os efeitos de qualquer naturêsa que sejam, e excepção dos expressados no art.

Entretanto o que seria feito do Bernardim Freire?

A 29, rumores vagos e sinistros surpreenderam a divisão portugueza no meio do seu triunfo, quando incansavel, preparava um novo golpe de mão sobre Braga:

O Porto batia-se!

Era necessario acudir-lhe. Silveira desceu a Amarante. A 9 de abril expulsa os franceses da povoação. Temerario, adianta-se sobre Penafiel, onde bate, nõ dia 13, a cavalaria de Soult.

Os fugitivos do Porto chegam: Eram os restos de artilharia 1 e 4, da Leal legião lusitana e de infantaria 6, 18 e 21!... Por eles soube todos os detalhes da queda da grande cidade, o pavoroso desastre da ponte e o barbaro assassinato do seu general e amigo Bernardim Freire de Andrade. Que irreparavel perda!

3.º, serão entregues aos commissarios portuguezes que forem nomeados para os receberem.

«Art. 5.º—O sr. general Silveira promete aos srs. officiais e empregados civis cavalgadas para irem a cavalo até ao seu destino.

«Art. 6.º—O sr. general Silveira, querendo dar á guarnição uma prova de estimação que lhe tem inspirado a bravêsa que mostrou nos seis dias que durou o bloqueio do forte de S. Francisco, consente que os srs. officiais só entreguem as suas espadas á saída de Chaves e em atenção ao bem que se comportou o sr. comandante, consente que este conserve a sua.

«Art. 7.º—O sr. general Silveira, garante a guarnição de qualquer insulto ou ultraje e a mandará municiar; e o sr. comandante francês se obriga a responder pelo comportamento dos seus soldados.

«Art. 8.º—O sr. general Silveira mandará assistir aos doentes franceses que se acharem nos hospitais e que não possam marchar.

«Art. 9.º—Será dada uma ordenança portugueza ao sr. chefe de batalhão Messenger, para por éla dar parte ao seu general em chefe do rendimento da cidadela de Chaves a esta parte será dada aberta.

«Feita em Chaves, duas iguais, aos 25 de março de 1809.

«Está conforme.

«Quartel general de Chaves, 26 de março de 1809.

«Diogo José Martins, quartel mestre como secretario». (Dos *Excerptos Historicos* de Claudio de Chaby).

«Mandou (Silveira) ... tomar conta do forte ... ficaram prisioneiros 1200 e tantos soldados, 25 officiais, 23 empregados civis, 13 cirurgiões; acharam-se muitas munições, 12 peças, 1.000 e tantas armas em bom estado, muitas mais quebradas e arruinadas, 90 e tantos cavalos e 30 e tantas bestas de transporte».

(Do *Diario de operações militares* do general Francisco da Silveira).

Senhor do Porto, o duque de Dalmacia, decidiu proceder com energia contra esse incansavel, imprudente e felís guerreiro.

Para isso ordena a Loison que desça, de Guimarães, a cortar-lhe a retirada para Trás-os-Montes, em Amarante, enquanto de Delaborde o ataca de frente.

E assim foram batidos os portugueses em Manhoufe, a 17, e em Vila Meã, a 18. Esta posição é abandonada por Silveira á vista do seu figadal inimigo, o *Maneta*, a quem os bravos do 12 de infantaria e toda a cavalaria da divisão obrigam a parar!

A retirada está salva, mas Amarante permanece ameaçada duma terrivel investida, feita agora pelas divisões reunidas de Loison e de Delaborde. Os franceses tomaram folego uns instantes que Silveira aproveita para passar a ponte sobre o Tamega.

Pelas três horas da tarde tentam os de Soult passa-la; e ás nove repellidos, desistem, com grandes perdas!

Estava terminado o primeiro canto da epopeia de Amarante.

A' custa de muito sangue conseguiram os franceses estabelecer uma bateria na Cerca dos frades e uma outra nos olivais, á direita.

Do lado de Trás-os-Montes ninguém pára, nem descança! Improvisando-se trincheiras; fazem-se barricadas; corôam-se de baterias as alturas que enfiam a ponte e os váos adjacentes; setiam-se as casas e os muros; irriçam-se de abatizes as passagens; carregam-se de polvora minas prontas a jogar. Os proprios atavios caseiros são transformados em armas de arremesso, disparadas por antiquadas catapultas.

Entre os defensores há fundibularios e piqueiros, mulheres que cuidam dos feridos, velhos que descarregam bacamartes.

Na margem direita do Tamega, o desvairamento da derrota alucina os soldados de Soult: Insultam, saqueiam, ferem, matam, desfloram, põem em chamas a modesta povoação.

A luz sinistra do incendio chispa nas aguas cristalinas do Tamega, do Belo e do Lucia.

Os portugueses uivam de raiva. Atraídos e cheios de compunção, abeiram-se, de armas aperradas, a olhar o consumir execrando da sua vila. Pelas ruas déla, correm vultos averme-

lhados, diabolicos, de granadeiros, empunhando archotes, ateando o fogo numa demencia de vingativos.

Do Covelo os tiros partem. Por vezes o vulto estaca; o archote cai; o granadeiro tomba, de borco, na terra portuguesa, soltando um grito de maldição, saudado, da outra margem, por um côro de imprecações vitoriosas.

O gorgolão das chamas; a poeira luminosa dos desmoroamentos, projectada na negrura tétrica das nuvens de fumo; o arrebear pavoroso dos cascos de alcool nas adegas; o espingardear incessante; o ribombo intermitente da artilharia; os lamentos, os ais, as lagrimas; os comandos, os gritos e os protestos, fazem, daquela pequena area incandescente, um extranho laboratorio de mefisto, e dos combatentes um grupo tumultuario de fantasmas diabolicos!...

No dia 19 chega a divisão de Houssaye

Renovam-se os ataques. Os rasgos de valor prodigalisam-se. A vitoria pertence á defêsa e é aclamada num delirio.

A força moral volta aos pobres e dizimados soldados portugueses. Cada homem é um leão.

Silveira, como um bravo, expõe-se. Por felicidade a morte poupa-o. Os *seus filhos* — os soldados — creem-no protegido por um poder invisivel, sobrenatural, divino, que o torna invulneravel ás balas e á metralha!

A resistencia daquêle punhado de valentes estimula o brio dos franceses. Obstinados renovam o ataque ao despontar do dia 20: acometem a ponte e os váos a montante e a jusante déla.

Os choques simultaneos abalam, a principio, os inseguros defensores. A *furia francêsa* tem forçada a passagem no váo para os lados de Gatão... A surprêsa passa; a confiança volta, e os do 12 — sempre os do 12! — correm. O retorno ofensivo, á baioneta, afoga no Tamega os vencedores dum momento!

Depois de quatorze horas de lúta, o ataque é repellido em toda a linha! Os mortos são ás dezenas, os feridos sem número. Entre eles contam-se velhos fundibularios, mulheres enfermeiras e padres confessores... Que importa! A vitoria, cara, sim, pertence-lhes!

O entusiasmo electriza os soldados e populares. A embriaguês da fôrça dá alucinações, que dispertam nuns e noutros o instinto de destruição, o fundo selvatico de todos nós. Há ras-

gos que só os perigos partilhados em comum admitem, engrandecem e solenizam!

Uma bala rasa, partida da Cerca dos frades, esfacela, quase o corpo do heroico comandante da bateria do Covelo.

Silveira, que o vira cair, corre, apeia-se, levanta-o do chão e abraça-se no cadaver mutilado do valente oficial tornado heroi em poucos dias!



A noticia do desastre e o lance do general em chefe — comovedôr pela sinceridade — espalham-se, divulgam-se.

Os parentes apressam-se a receber-*lhes* os restos venerandos. Porém, em vez de luto, trajam galas; e a propria mãe, ao saber pelos seus dois outros filhos, do passamento glorioso do mais velho, torna-*lhes*, num sorriso, numa abnegação antiga, spartana:

— «Vós enganais-me. Meu filho, vosso irmão, não morreu; vós é que estais mortos. Fazei por merecerdes a vida daquêlê, que será o maior premio das vossas patentes futuras»¹.

Amarante é, para os franceses, uma segunda Arcole, e, para

¹ C. de Chaby, *logar citado*, 3.º vol. pags. 112.

nós, uma resposta a Saragoça. A lúta dia a dia, hora a hora, pro-trai-se até 29, sem que o ataque afrouxe ou a defêsa esmoreça!

No 1.º de maio, na margem direita, nota-se um movimento desusado: E' Soult que chega e com êle novos reforços ainda! ¹.

Um fenómeno atmosférico, vulgar no vale do Tamega, prepara e favorece o ataque do dia 2: Um densissimo nevoeiro que antecede a madrugada dêsse dia, consente que os engenheiros franceses ² broquem a testa da ponte e que as colúnas de assalto se abeirem sem ser presentidas!

A mina joga; e o ruído do explodir ecôa pelo vale fóra, numa resonancia lugubre. A grande confusão e a anciosa expectativa dos dizimados defensores são aproveitadas pelos franceses, que logram, emfim, pisar Trás-os-Montes.

Na ponte resiste-se!

A artilharia vomita metralha. O espingardear, á queima roupa, confrange. A surriada das balas vareja os portuguezes. Caídos no caminho, demoram com os seus corpos mutilados a marcha do inimigo. O Silveira acóde a toda a parte nêssa especie de ubiquidade dos activos. Por último, no Covelo, briham as baionetas de Soult...

A posição está irremediavelmente perdida. Quatorze dias de obstinada e indiscutivel resistencia são inutilizados por um simples nevoeiro!...

Silveira, constringido, ordena a retirada. Presistir, era querer capitular, perder tudo, quando podia salvar alguma coisa. A' baionetada, á cutilada, os restos organizados da divisão portugueza, abrem caminho pelas estradas de Canavezes, de Mesão Frio e da Campeã. Conhecedores do terreno escapam-se, deprecando assim a vitoria dos franceses.

¹ O consciencioso escritôr militar o sr. Taveira de Magalhães, no seu *Estudo sobre a Campanha de Soult*, nega, com bons fundamentos, a presença do marechal em Amarante. Eu, porém, publico a *Lenda*—conhecendo-lhe a inexatidão—porque foi êla que fez de Silveira, antes um Deus da guerra, do que o felis e bravo general que a *Historia* aponta á nossa veneração.

² Pertence ao capitão de engenheiros Bouchard a honra de haver proposto o audaciosissimo projecto para fazer saltar a testa da ponte de Amarante.

Quando todos os generais o regeitavam, por inexequível, Soult dignou-se aprova-lo.

Incumbindo o proprio autôr de executar a sua tão arriscada, quanto discutida emprêsa, facultou-lhe o meio de se distinguir pela sua temeridade e de se fazer major, por distincão, no campo da batalha.

Reunidos e concentrados nos desfiladeiros do Marão, puderam, a 9, travar o combate da Ovelha, que levou Loison a abandonar Amarante, repassando o Tamega e a partir de roldão para Guimarães.

O flanco esquerdo de Soult ficava, desta vez e para sempre, a descoberto.

Reentrando de novo na vila, donde estivera ausente apenas uma semana, Silveira escrevia o glorioso epílogo da epopeia de Amarante!

A gratidão popular, deferiu na sua lira, anonimamente, produções poéticas de toda a sorte, solenizando o lugar e o herói. Escolho um simples soneto, que, pela forma, melhor satisfás aos pequenos limites que a tais peças posso reservar¹:

*«Uma nuvem de fumo o ar povôa,
e do Tamega enluta as margens frias;
o canhão português catorze dias
sem descanso algum têr, fuzila e trôa.*

*«Dum lado ao outro lado a morte vôa,
por entre essas crueis artilharias,
e perdendo antigas ousadias,
curva o duro francês a altiva prôa.*

*«Amigos hespanhois, nação brilhante!
Eis como cá seguimos vossa esteira,
eis nossa **Saragoça, eis Amarante!***

*«Os olhos ponha em nós a Europa inteira,
e veja em amplo quadro flamejante,
o Tamega, Ebro, Palafox, **Silveira**»²*

(Continúa)

F. SÁ CHAVES
Ten. cor.

¹ Esta restrição fizera-a eu, quando apenas pensava em contar a largos traços algumas paginas da Historia militar do meu país, que mais directamente se prendessem com a vida de meu pai.

Hoje, porém, que os limites do quadro se ampliaram, serei mais minucioso, senão neste ponto, de certo em muitos outros e quanto necessario seja, para dar a característica da época ou do facto narrado.

² Pinheiro Chagas, *Dicionario popular*, 1.º vol. pag. 181.

SERVIÇO DE SAUDE

VII

Zona da retaguarda

Deve merecer-nos tanto cuidado o estudo da organização e funcionamento, dos diversos serviços na zona de operações, como o dos serviços da zona da retaguarda.

Só uma constituição perfeita dos órgãos de direcção e de execução dos diferentes serviços em ambas as zonas, estabelecendo uma ligação íntima e metódica entre eles, e o conhecimento e a prática da doutrina e das regulamentações que os guia, permitirá dar garantias dum funcionamento aproveitável.

Geralmente, porém, acontece, que os serviços da zona da retaguarda ou das partes em que esta se divide, designadas zonas de etapas, são olhados como tendo uma importância muito secundária, sendo raro destinar-se-lhe uma parcela de estudo.

É indispensável formar-se uma corrente de interesse para estes assuntos e provocar-se a prática do que está estabelecido nos regulamentos sobre os serviços da retaguarda, apreciando-se o que estes preceituam e os pontos em que manifestam insuficiência, ou não atendem ás necessidades da execução dos serviços. Só quando em presença dum problema relativo aos serviços na zona da retaguarda, a resolver no gabinete ou no campo, começamos a desfiar as diversas dificuldades que se vão revelando, é que então notamos com certa surpresa, motivada pela inexperiência, a transcendência que a direcção e execução desses serviços encerra, apesar da sua extrema simplicidade aparente.

A recente guerra dos Balkans dá-nos um exemplo notável e a ponderar, sobre as consequências desastrosas que experimenta um exercito que em tempo de paz se não dedica com

desvelada atenção ao aperfeiçoamento e estudo da organização e funcionamento dos serviços da zona de guerra.

Quer o exercito turco quer os exercitos coligados que contra aquele operaram na peninsula balkanica, preocupando-se principalmente com a organização, mobilização e emprego das diversas armas, descuraram de tal modo tudo que se relacionava com a organização e funcionamento dos serviços que, no decorrer da campanha, sofreram grandes privações e desastres motivados pela falta de pessoal e material e insuficiencia de instrução.

Para se avaliar com precisão até que ponto infuiu nas operações e na vida das tropas dos exercitos que intervieram n'esta guerra a insuficiencia organica dos diversos serviços, é indispensavel, sem duvida, conhecerem-se os relatorios oficiais da campanha; mas, pelos trabalhos já publicados pelos delegados de diversos exercitos que acompanharam de perto as operações, se sabe já que os serviços administrativos e sanitarios trouxeram ás tropas constantes privações, faltas de alimentação e assistencia aos feridos, calculando-se por isso que estas duas causas contribuíram para que o numero de mortos subisse a mais de 30 % do que seria para esperar.

Os principios e as regras gerais que regem a organização dos serviços da retaguarda e a sua intima ligação com as zonas de operações e do interior são comuns a todos os exercitos, variando apenas as formulas que as traduzem, pela influencia que nelas exerce a constituição topografica, a situação geografica, o grau de desenvolvimento agricola, industrial e comercial e outros factores de ordem economica de cada país.

Sendo o nosso país, de pequena profundidade, cortado por fundos vales orientados sensivelmente na direcção leste-oeste, separados por elevadas colinas, tendo o limite oeste apoiado no mar com um unico centro de capital importancia para as operações e reabastecimentos de toda a naturêsa, e, sendo muito variavel a distribuição da sua riquêsa, os serviços da zona da retaguarda parece-nos que devem ser montados com extrema simplicidade e com o menor escalonamento e dependencias possiveis.

Pessoal. Por maior que seja a simplicidade da engrenagem representativa dos serviços da retaguarda, a direcção do seu fun-

cionamento exige, sempre do pessoal director muita previdencia e rapidez de resolução para fazer face aos incidentes que se passem na zona de operações que profundamente se podem refletir na zona da retaguarda, e para rapidamente adotar medidas que evitem soluções de continuidade nos feixes de ligação com a zona da frente, ou motivem que os serviços de etapes, pela morosidade com que se movimentam, possam servir de embaraço ou de estorvo ás operações.

É necessario muita previdencia, para com facilidade se remediar de pronto as faltas provenientes da escassês da zona de guerra, ou as dificuldades de reabastecimentos que se levantam diante da mais insignificante interrupção duma linha ferrea, ou de comunicações electricas. A rapidês de resolução torna-se indispensavel para remover os atritos que se manifestam, quer pela acumulação de reabastecimentos vindos do interior, serviço que por melhor organizado importa sempre complicações, quer pela brusca chegada de evacuações da zona de operações para as quais por vêses não ha previsão possivel.

Os serviços de primeira e segunda linha que se desenvolvem na zona de guerra, reunião das zonas de operações e da retaguarda, formam um todo, e só a impossibilidade da direcção se poder conservar integralmente num corpo unico leva á necessidade de fracional-a ficando parte das atribuições directoras junto dos órgãos de comando da primeira linha ou zona de operações e outra parte em agrupamentos especiais que funcionam na zona da retaguarda, embora em directa dependencia daqueles. Assim, a direcção superior dos serviços de segunda linha pertence ao *quartel-mestre general* que depende directamente do *chefe do estado maior do exercito*; e o quartel-mestre general como director superior dos serviços de segunda linha, tem sob as suas ordens imediatas a *direcção geral do serviço de camións de ferro de companhia* e as *direcções de etapes*.

E' nestas ultimas direcções que o serviço de saude aparece nos serviços da retaguarda, representado *pêlos chefes de serviço de saude de etapes*. São estas entidades que dirigem, sob a autoridade do respectivo director d'etapes, os serviços de saude de cada zona de etapes em que se divide a zona da retaguarda, estando sujeitos, apenas tecnicamente, ao chefe de serviço de saude da grande unidade a que corresponde a zona de etapes.

O regulamento de campanha completado com as instruções

para os serviços de segunda linha e com o regulamento para o serviço de etapes, estabelece as relações entre os diversos órgãos de direcção dos serviços na zona de guerra e define as suas atribuições.

E' depois o regulamento de mobilização que fixa a constituição desses variados órgãos, dotando-os com pessoal, animal e material. Segundo este regulamento, o serviço de saude de uma direcção de etapes tem a seguinte dotação:

Chefe do serviço de saude de etapes, tenente-coronel ou major, 1:

Adjuntos, os que lhes forem destinados;

Almoxarifes de saude, idem;

Farmaceuticos, idem;

Amanuenses, idem.

O pessoal que deve fazer parte das direcções de etapes não pode ser fixado pelos regulamentos, por isso que os serviços que terão de ser desempenhados variam de zona para zona, com a importancia das forças em operações que lhes correspondem, mas, talvez fosse proveitoso, que os regulamentos fixassem o numero minimo de individuos que deveriam representar os diversos serviços.

Alem do pessoal do serviço de saude das direcções d'etapes, em cada zona de etapes o serviço de saude é representado: nas estações de deposito; no comando de um posto ordinario de etapes; no comando de uma estação testa de etapes, ou em uma testa de etapes de estrada; no comando de etapes em um posto principal de etapes; nas unidades dos serviços de etapes; no parque sanitario de etapes e nos hospitais rolantes e mais comboios para o transporte de doentes e feridos.

Não nos sendo possivel, sem alongarmos excessivamente a série dos nossos artigos, apreciarmos a organização mais conveniente para o serviço sanitario em cada posto da linha de comunicações, organização que é muito variavel e dependente de multiplas causas, pomos de parte este assunto, e passamos a analisar o capitulo que o regulamento de etapes consagra ao serviço de saude de etapes.

Começa esse capitulo por apresentar as atribuições especiais do chefe do serviço de saude de etapes que se completam com as atribuições gerais ou comuns a todos os chefes de serviço e veem expostas no capitulo segundo do mesmo regulamento.

A seguir, o regulamento trata da organização geral do serviço de etapes, subdividindo este sub-titulo em *estabelecimentos sanitarios de hospitalização, estabelecimentos sanitarios de evacuação, depositos de material sanitario e transportes para a retaguarda.*

Sem entrarmos em minudencias sobre a organização e funcionamento destes diversos órgãos do serviço de saude na zona de etapes, que serão convenientemente desenvolvidas nas *Instruções para o serviço de saude em campanha*, cuja publicação certamente não levará muito tempo a fazer-se, iremos comtudo salientar os pontos de doutrina fixados pelo regulamento de etapes com os quais não estamos em absoluto acordo.

Hospitais temporarios. O regulamento que apreciamos, diz, que os hospitais temporarios serão organizados nas testas de etapes e nas linhas de evacuação, com material fornecido pelos depositos da zona de etapes, pelas sociedades de socorros a feridos, ou com os recursos de instalação que as localidades ofereçam. E termina por estabelecer, que estes hospitais se destinam principalmente a substituir os hospitais de sangue temporariamente immobilizados.

Por esta doutrina regulamentar parece notar-se que a par duma confusão de funções dos hospitais temporarios se manifesta a intenção de se constituir, ainda que duma maneira indefinida, elementos que sirvam para atenuar os inconvenientes provindos da immobilização das formações de primeira linha. Mas, convem não confundir hospitais temporarios que como seu nome indica apenas se organizam e constituem em determinado momento recorrendo aos meios que se encontrem e para funcionar durante um curto praso, com os hospitais que devam avançar da testa d'étapes para os locais onde se immobilizaram formações sanitarias que, dada a nossa organização do serviço de saude é indispensavel libertar e substituir com certa rapidez.

Estes meios de contacto entre o serviço de saude na zona de operações e o da zona de étapes esboçados vagamente no regulamento de étapes estimavamos que existissem de facto constituidos e organizados para poderem desempenhar as suas funções quando fosse necessario libertar formações da primeira linha. Poder-se hia então reduzir o número de hospitais de san-

gue e de colúνας de hospitalização com que são dotadas as nossas divisões formando ao todo oito formações que representam uma reserva sanitaria um pouco demasiada e tornam as colúνας de marcha mais profundas. Mais adelante nos referiremos a este assunto.

Aligeirar as colúņas de marcha organizando ao mesmo tempo o serviço de étapes de modo a completa-las com rapidez é, julgamos, um principio organico importante a atender-se. E não só no serviço de saúde como em todos os outros seria conveniente estudar-se se todas as formações regulamentadas para os serviços de primeira linha lhe são absolutamente necessarias ou têm uma constituição exagerada.

Hospital de evacuação. O regulamento de étapes referindo-se ao hospital de evacuação estabelece que quando houver mais de uma linha de evacuação funcionará na testa de cada uma delas um *hospital de evacuação suplementar*. Parece-nos pouco clara esta doutrina e julgamos desnecessaria a designação especial para estes hospitais. A nosso vêr bastaria que o regulamento preceituasse que sempre que dentro duma zona de étapes houver mais de uma linha de evacuação, na testa de cada uma delas funcionará um hospital de evacuação com organização proporcionada ao serviço a desempenhar.

Notamos tambem que as prescrições sobre serviços atribuidos á *sucursal* do hospital de evacuação que se estabelece quando o hospital não funcione junto da estação de embarque e os da comissão de evacuação destinada á escolha e classificação dos doentes e feridos a transportar para a retaguarda apresentam varias duvidas que é indispensavel esclarecer.

Assim o regulamento começa por dizer que se a distancia do hospital de evacuação á estação de caminhos de ferro, onde se fizer o embarque de feridos, fôr superior a uma étape, deverá instalar-se junto desta, uma sucursal do hospital de evacuação, para receber os comboios de feridos vindos da testa de étapes fazer neles uma última selecção, preparar e regular o embarque em caminho de ferro.

E' evidente que esta prescrição prevê que o hospital de evacuação está na testa de étapes de estrada e a mais de uma étape para a frente da estação de embarque.

Depois o regulamento ocupa-se da evacuação dos doentes

e feridos provenientes das forças em operações, passa a tratar das comissões de evacuação, e termina por de novo se referir ás sucursais, mas agora duma maneira generica, falando em sucursais nas estações de embarque de doentes e feridos chegados nos comboios de étapes.

Da transcrição destes preceitos regulamentares resalta o que dissemos no principio dêste artigo sobre o inconveniente de os serviços de primeira e segunda linha não serem estudados na sua ligação intima. Com efeito, o regulamento de étapes preocupa-se com o funcionamento do serviço só na zona da retaguarda e, por sua vez, o regulamento de campanha atende mais especialmente ao que se passa na zona de operações e daí resulta haver soluções de continuidade em varios serviços.

Na verdade, nem o serviço de saude de segunda linha funciona apenas a partir da testa de étapes até ao interior do país, nem o serviço de primeira linha dispõe de meios para estabelecer ligação entre as suas últimas formações e a testa de étapes.

Poder-se hia remediar os inconvenientes apontados creando-se *colúnas de transporte de feridos* para ligação entre os hospitais de sangue e os elementos mais avançados do serviço de étapes ou pontos de contacto entre os dois serviços, e generalisando-se que o serviço de saude de étapes pudesse estender a sua acção pela zona de operações além da testa de étapes sempre que isso seja conveniente e possivel.

Estabelecida essa doutrina, a que não se opõem outras disposições contidas nos regulamentos, conviria então que se estabelecesse que o hospital de evacuação destacaria para a estação de embarque de feridos quer esta se encontre situada aquem ou além da séde do hospital de evacuação, uma sucursal constituida pelo pessoal e material conveniente para receber os doentes e feridos embarca-los com os cuidados indispensaveis e fazer, consoante a situação do hospital, ou uma classificação sumaria dos doentes e feridos ou revêr a já feita no hospital.

Hospitais de distribuição. — Devemos registar que o regulamento de étapes determina que o hospital de distribuição seja situado na *zona do interior*, o que nos parece muito rigido; melhor talvez fosse estabelecer-se que a situação deste hospital deveria fixar-se quanto possivel proximo do limite de separação

das zonas de guerra e do interior e não muito afastado da estação de transição.

Como dissemos quando nos referimos aos hospitais de evacuação, também não julgamos vantajoso que o regulamento creasse a designação de *hospital de distribuição suplementar*.

Depósitos de material sanitario. O chefe de serviço de saúde de étapes tem a seu cargo dois depósitos: o *deposito central*, organizado junto da estação de caminho de ferro que sirva de deposito geral a todos os serviços, e o *deposito avançado* que se estabelece na mesma localidade onde se encontre o hospital de evacuação.

Sobre este último deposito as disposições do regulamento de étapes não nos parecem muito claras. Diz o regulamento que o deposito compreende: o material do hospital de evacuação; o necessario para a organização de hospitais temporarios; e uma reserva de medicamentos, pensos e material diverso, destinada ao reabastecimento directo das formações sanitarias de primeira linha. E termina por determinar que os abastecimentos que constituem a dotação do deposito avançado, estarão, em geral, carregados em viaturas constituindo o *parque sanitario de étapes*.

Não se percebe bem a vantagem de se estabelecerem duas designações distintas para o mesmo escalão do serviço de saúde. Se o *deposito avançado* é a mesma coisa que o *parque sanitario de étapes* para que atribuir-lhe duas designações diferentes? Julgamos mais conveniente que se adoptasse apenas a última das designações á semelhança do que o regulamento preceitua para outros serviços, e que se dividisse o *parque* em secções sendo: uma, destinada aos reabastecimentos quotidiano e extraordinario; outra, destinada á substituição das formações immobilizadas; e, por último, uma secção com o material indispensavel ao hospital de evacuação.

Melhor seria talvez, distinguir o *deposito avançado* do *parque sanitario de étapes*.

Comparando-se os regulamentos de étapes com o de mobilização nota-se que estes dois documentos não são concordes no ponto que vimos tratando.

Como dissémos, o de étapes engloba, no deposiio avançado o material do hospital de evacuação, os hospitais tempora-

rios e a reserva de medicamentos, pensos e material diverso destinado ao reabastecimento das formações sanitarias de primeira linha, e diz que toda essa dotação se chama parque sanitario de étapes; o regulamento de mobilização, por sua vez, no quadro n.º 49 da 1.ª parte, marca a composição do parque sanitario de étapes e indica numa nota a esse quadro, que o parque é destinado á ligação do *deposito avançado* com as formações sanitarias de primeira linha, doutrina que nos parece mais aceitavel.

Relativamente aos hospitais temporarios, o regulamento de mobilização apenas no quadro n.º 40 da 1.ª parte, referindo-se ao serviço de saude, diz que no comando de étapes em uma estação testa de étapes ou em uma testa de étapes de estrada haverá um *director do hospital temporario*, indicando em nota que esse director só existirá quando o hospital se estabelecer, circunstancia que anula por completo a idéa fundamental de crear hospitais temporarios para a libertação das formações immobilizadas de primeira linha. Estes pontos, pela importancia que teem, necessitam ser estudados e esclarecidos muito cuidadosamente sem o que os serviços de étapes não poderão funcionar com regularidade.

Transportes para a retaguarda. Segundo o regulamento de étapes os transportes para a retaguarda são executados por intermedio dos *comboios de étapes* e dos *trens sanitarios de caminhos de ferro*.

Esta classificação é, a nosso vêr, um pouco confusa. Por um lado *comboios de étapes* são todos os comboios que pertencendo a qualquer serviço transitam na zona de étapes; por outro lado, a palavra *trens sanitarios* não é usada entre nós para exprimir o movimento em caminhos de ferro e, tanto assim é que o regulamento se viu forçado a recorrer a estas últimas palavras para exprimir o que queria estabelecer quando se referia aos trens.

O regulamento adotando a palavra *trem* da regulamentação franceza, para fugir a empregar o termo *comboio*, geralmente usado entre nós para o serviço dos caminhos de ferro, foi comtudo arrastado a utiliza-lo quando classificou os *trens sanitarios* dividindo-os em *hospitais rolantes permanentes*, *hospitais rolantes improvisados* e *comboios de doentes e feridos*.

Talvez fosse mais pratico classificar os transportes de feridos em *comboios sanitarios de estrada* e *comboios sanitarios de caminho de ferro* podendo estes últimos subdividirem-se como indica o regulamento de étapes excepção feita dos *comboios de doentes e feridos* designação que julgamos indispensavel completar-se, chamando-se-lhe *comboios de doentes e feridos sentados*, porque não se comprehende a constituição de comboios sanitarios que não transportem doentes e feridos.

A classificação estabelecida pelo regulamento de etapas creando comboios de caminhos de ferro permanentes e improvisados podendo-se tratar os feridos em marcha, e comboios exclusivamente destinados a doentes e feridos sentados, é, sem duvida, muito apreciavel, mas julgamol-a pouco pratica, principalmente entre nós, pela falta de material volante apropriado para se estabelecer a distincção dos comboios pela natureza de doentes e feridos a transportar.

O regulamento termina as suas disposições sobre o serviço de saude de étapes indicando em sumario o funcionamento dêste serviço tratando apenas do *transporte de doentes e feridos* e do *reabastecimento de material sanitario*.

Este sumario pouco esclarece a doutrina regulamentada e resente-se da confusão dos regulamentos e da insuficiencia da organização do serviço de saude de primeira e segunda linha.

*

* *

Os assuntos capitais para a execução do serviço e o desenvolvimento de relações que este motiva entre os órgãos directores e os de execução, bem como a constituição dos diversos órgãos indispensaveis para os reabastecimentos quotidiano e extraordinario e ligação entre os serviços da primeira e segunda linhas, é de esperar que sejam atendidos nas Instruções para o serviço de saude em campanha a que já nos referimos.

Com estas considerações sobre o que entre nós está estabelecido sobre a organização e funcionamento do serviço de saude na zona da retaguarda concluimos a serie de artigos que vimos escrevendo subordinados ao titulo «Serviço de saude».

ANGELO CRUZ E SOUSA

Maj. de inf. e do serv. de est. maior

Obras oferecidas

1 **Uma solução do problema balístico**, pelo capitão de mar e guerra ANTONIO DE ALMEIDA LIMA. 1 vol. (0,22×0,45) de 55 pag. separata da *Revista de Artilharia*.

O sr. capitão de mar e guerra Almeida Lima, que de há muito se dedica, com a maior competencia, a assuntos de artilharia, e em tempos foi professor de balística na Escola Naval, acaba de reunir em volume uma serie de interessantes artigos, ultimamente publicados na *Revista de Artilharia*, cujo objecto é a apresentação de um novo método para a solução do problema balístico.

Resultado de longos, cuidadosos e inteligentes estudos, o método adoptado pelo sr. comandante Almeida Lima, foi deduzido por processos simples e comprovado por numerosos exemplos, que demonstram a sua exatidão. Praticamente, e dentro dos limites em que a sua aplicação está desde já indicada, o método proposto por aquele illustre official, recomenda-se pelo seu rigor e simplicidade.

A direcção da *Revista Militar*, agradecendo o exemplar que lhe foi enviado, gostosamente chama a atenção dos seus leitores, particularmente dos especialistas, para um trabalho tão interessante.

M. O.

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

Regiões interditas aos aeronautas.—A *Deutsche Luftfahrer-Zeitschrift* acaba de publicar uma carta indicando as regiões interditas aos aeronautas. De um modo geral, estas regiões estendem-se em torno das fortalezas em um raio variando de 20 a 100^{q1} e compreendem, além disso, certas zonas estratégicas importantes, tais como a Alsacia e a Lorena ocidental.

Creação de um corpo de automobilistas voluntarios na Baviera.—Segundo o *Jahrbücher für die deutsche Armee und Marine* acaba de ser constituído na Baviera um corpo de automobilistas voluntarios. Os automobilistas, que devem fazer parte do Automovel-Club bavaro e possuir uma viatura, contraem a obrigação, por escrito, de permanecer no corpo durante 3 anos. No decorrer do 3.º periodo de alistamento, podem ser chamados a tomar parte, todos os anos, em exercicios militares durante 11 a 22 dias e em exercicios de corpo durante 2 a 4 dias. A organização e o uniforme do corpo são identicos aos do «corpo alemão de automobilistas voluntarios». Comtudo, os voluntarios bavaros trazem sobre o uniforme uma insignia azul e branca como distintivo.

Os futuros efectivos.—Resumindo a politica dos armamentos que na actualidade segue a Alemanha com um passo tão firme e resolutivo, diz-se que na proxima sessão de Reichstag, o kaiser fará apresentar um decreto sobre o exercito, que envolverá em suma a questão dos efectivos e a criação de novos corpos. O actual efectivo será mantido até 1916.

As tropas serão reforçadas, sobretudo nas fronteiras francesa e russa.

Será creado um novo corpo de exercito em Friburg-sur-Bale, uma divisão do qual ocupará a margem esquerda do Rheno.

A criação dos regimentos de artilharia de campanha para Colmar e Albenstein será activada e serão organizados, além disso, quatro regimentos da mesma arma.

Em Albenstein, na fronteira russa, será creado igualmente um novo exercito e por último, os regimentos que só fornecem dois batalhões passando a ter três e os engenheiros e o trem dos 20.º e 21.º corpos serão reforçados.

Tudo isto reduzido a números, dá o seguinte :

1.º Creação de dois regimentos de artilharia e um batalhão de telegrafistas.

2.º Formação de 2 novos corpos de exercito.

3.º Estabelecimento de uma 7.ª inspecção na fronteira ocidental.

4.º Creação do terceiro batalhão em 14 regimentos, que anteriormente tinham dois.

5.º Organização de um regimento de cavalaria, a 5 esquadrões.

6.º Aumento de metralhadoras até que cada regimento de infantaria possuía uma companhia de metralhadoras.

Belgica

Reorganização da Escola de Guerra. — Esta Escola foi reorganizada por decreto de 21 de agosto último. As disposições essenciais desse decreto são as seguintes: A Escola de Guerra é confiada inteiramente ao estado maior do exercito, cujo chefe é o comandante dela, o sub-chefe o 2.º comandante e director de estudos e os professores militares são todos oficiais do estado maior do exercito.

Para ser admitido a ela, é necessario ter o oficial pelo menos 5 anos de posto, dos quais 3 passados nas tropas ou na escola de equitação na qualidade de aluno. O limite de idade é de 32 anos. Não é permitido a admissão ao exame de entrada por mais de 2 vezes. Finalmente, o número de oficiais a admitir na escola é superior de cerca de um terço ao dos oficiais que eventualmente terão passagem ao 2.º ano.

Todos os oficiais admitidos devem tirocinar um ano na cavalaria, ou na infantaria, conforme pertençam á infantaria, ou a uma arma montada. Antes de serem admitidos definitivamente, os oficiais de infantaria são submetidos a um exame de equitação.

O tempo de permanencia na escola é de 3 anos. O ensino compreende: cursos, visitas a praças fortes e estabelecimentos, viagens de estudos, exercicios de applicação, memorias. No fim de cada ano realisam-se exames de passagem, seguidos, como na Alemanha, de eliminações. No fim do 3.º ano tem lugar um exame de saída compreendendo:

a) Provas escritas sobre:

Arte de guerra;
Historia militar moderna;
Organização;
Serviço dos estados-maiores.

b) Provas orais sobre:

Tactica;
Estrategia;
Serviço dos estados maiores.

c) Uma memoria.

d) Uma prova de equitação.

Os alunos que terminam o curso recebem um diploma de saída da Escola de guerra, ou o diploma de adjunto de estado maior, que dispensam todo o exame ulterior para a promoção.

Armamento da infantaria. — Uma comissão de rearmamento da infantaria belga, presidida pelo inspector geral da arma, foi encarregada da escolha de uma arma automatica.

A escolha desta arma será feita mediante concurso ao qual poderão apresentar-se todos os inventores, com a condição de que a arma escolhida deve ser fabricada na Bélgica.

Os elementos essenciais da arma serão definidos do modo seguinte :

Arma automática, resistente, ligeira e curta.

Peso máximo : 4 quilos com baioneta.

Velocidade inicial : não superior a 600^m.

Recuo : inferior a 2^m.

Deposito : com 5 cartuchos, podendo-se empregar a arma como automática ou á mão.

A arma que fôr adoptada para a infantaria deve também servir para a cavalaria.

Será dada a preferéncia ao inventor que permita transformar a Mauser ^m/1889 em arma automática e que possa disparar o cartucho actualmente em uso.

O programa das experiencias é com tropas, principalmente com tiros collectivos que se aproximem das condições do tiro de guerra.

Estas últimas experiencias unicamente se executarão com as armas que satisfaçam ás condições técnicas do concurso.

Estados Balcánicos

A mortalidade na guerra.—O correspondente do *Corriere de la Sera*, de Roma, que durante a luta balcânica esteve no teatro de operações no territorio da Macedonia efectuou os calculos mais aproximados das perdas sofridas e despesas para cada um dos contendores durante a primeira guerra, e cujas cifras são as seguintes :

A Bulgaria, mobilizou 350:000 homens, morrendo 80:000 ; dispendeu 1.000.500.000:000 de francos.

A Servia, mobilizou 250:000 homens, morrendo 30:000; gastou 800.000:000 de francos.

A Grecia, mobilizou 150:000 homens, morrendo 10:000; gastou 300.000:000 de francos.

O Montenegro, mobilizou 30:000 homens, morreram 8:000 ; gastou francos 20.000:000.

A Turquia, que teve de fazer frente a todas aquelas cifras conjuntas, mobilizou 450:000 soldados ; morreram 100:000 e dispendeu 2.000.000.000:000 de francos.

Durante a última guerra inter-balcânica, os bulgaros tiveram 60:000 mortos e um dispendio de 900.000:000 de francos.

A Servia, perdeu 40:000 homens e gastou 500.000:000 de francos.

A Grecia, perdeu 30:000 soldados e gastou 200.000:000 de francos.

Segundo os algarismos dados, a guerra dos países balcánicos contra a Turquia e a sustentada entre eles custou-lhes mais de 3:000 milhões de francos.

As perdas totais da Turquia, na guerra dos balcãs, segundo os dados conhecidos até agora, sobem a 200:000 homens aproximadamente. Assim : nas batalhas de Kirkilisse e Lule-Burgas, na retirada até ás linhas de Tchatal-dja, e em geral em toda a campanha da Tracia, tiveram 50:000 mortos. Durante os 3 meses que estiveram estacionados na citada linha deram-se 30:000 baixas.

Durante algumas semanas morreram diariamente 600 a 700 homens em resultado dos rigores da intemperie e da falta de viveres. Na batalha de Monastir tiveram 30:000 baixas e na retirada pelo desfiladeiro de Kustendil, 20:000 turcos perderam a vida. Igual número de mortos houve também em Salonica, Bulair e Adrianopolis. Os aliados fizeram-lhes uns 150:000 prisioneiros: destes caíram nas mãos dos bulgaros 54:000 aproximadamente, na dos gregos e bulgaros, em Salonica, 40:000, e os servios e montenegrinos apoderaram-se de 20:000.

A respeito de baixas dos bulgaros, as noticias officiaes declaram que tiveram 330 officiaes mortos e 950 feridos, 29:711 praças mortas e 52:550 feridos. A estes números de baixas há ainda a acrescentar 3:193 desaparecidos. Supondo que a terça parte destes morreram, ascende a 31:000 o número total de mortos que tiveram os bulgaros na referida campanha.

Mas os milhares de soldados que faleceram em consequencia das epidemias demonstram mais uma vez que nas guerras o maior numero de vítimas é causado pelas enfermidades e não pelas balas. O facto não é novo: o medico militar M. Barneta cita em um artigo muito interessante, diferentes algarismos da horrivel mortalidade dos exercitos aliados durante a guerra da Crimeia, as quais constituem um ensinamento.

De 1 de abril de 1854 a 6 de julho de 1856, a França enviou para o Oriente 309.268 homens, dos quais faleceram 96.615, sendo 20.240 em resultado de ferimentos e 75:375 de enfermidades. Neste total contam-se 1:265 officiaes, dos quais 779 morreram em combate e 486 por doença.

Estes últimos algarismos confirmam a regra de que os officiaes em campanha resistam melhor que os soldados, porque são de mais idade, mais bem alimentados e agasalhados que os seus soldados.

Neste mesmo periodo, a Inglaterra enviou á Crimeia 97:864 homens, dos quais faleceram 22:182, ou sejam 4:602 pelo fogo e 11:580 por enfermidades.

Durante o primeiro inverno, o exercito inglês teve mortalidade superior á das tropas francesas; mas durante o segundo inverno já haviam terminado as hostilidades regulares; o seu estado melhorou rapidamente, graças ás medidas higienicas adoptadas por Miss Florencia Nightingale. Ao passo que em 10 meses os franceses perderam uns 10:000 doentes de tifo em um efectivo de 180:000, os ingleses apenas perderam 20 em 60:000, demonstrando-se assim que a hygiene é o anjo protector dos exercitos em campanha.

Quanto ao exercito piemontez, de maio de 1855 a igual mês de 1856, perdeu, do efectivo de 21:000 soldados, 2:194 homens, sendo 28 pelo fogo e 2:166 por enfermidade.

Os três exercitos aliados perderam, pois, um total de 119:991 homens, dos quais 24:870 pelo fogo a 95:121 por doença, o que levou o celebre medico Cham a dizer na sua estatistica que a doença mata mais homens do que o ferro e o fogo.

Quanto ao exercito russo perdeu 111:271 homens, segundo os calculos do dr. Hubbeneth.

Em suma: a guerra da Crimeia representa uma horrivel hecatombe de 266:262 homens.

França

Zonas aereas interdictas. — Em virtude dum decreto de 14 de outubro último, é proibido aos aeronautas, á excepção dos que dependem da administração militar ou marítima, de passar ou fazer evoluções sem autorização especial :

1.º Sobre a zona compreendida dentro do perimetro myriametrico da maior parte das praças fortes, fortalezas e obras ;

2.º Sobre todas as regiões e estabelecimentos militares e navais (campos de instrução, campos de tiro, etc.), onde são executadas experiencias, tiros, manobras, evoluções, etc., que poderiam ser perturbadas pela circulação dos aeronautas.

Além disso, esta circulação pode ser proibida, por decreto, por cima de qualquer parte do territorio, se as circunstancias exigirem a applicação desta medida.

Pode ser concedida, porém, autorização para passar por cima das zonas interdictas, durante um ano, no maximo, a franceses, quer em resultado do concurso que eles prestam ás autoridades militares, quer com o fim de fornecer o desenvolvimento da navegação aerea. A mesma autorização pode ser concedida excepcionalmente, por 6 meses no maximo, a estrangeiros.

Para que um aerostato possa passar sobre uma zona interdicta, todas as pessoas que forem a bordo dele devem achar-se munidas da necessaria autorização.

Publicada que seja a ordem de mobilização parcial ou total, a navegação aerea fica interdicta em todo o territorio francês.

O recrutamento dos alferes. — A lei de 1 de agosto de 1913 preceitua que os alferes do exercito activo podem ser recrutados entre os alferes de reserva que foram alúnos das grandes escolas e entre aqueles que, com 26 anos pelo menos, proveem dos mancebos do contingente.

A fim de atingir completamente o fim visado pela lei, que é remediar os defeitos existentes nos quadros subalternos, o ministro acaba de decidir :

1.º Que os tenentes de reserva da categoria «alúnos das grandes escolas» poderão ingressar imediatamente no exercito activo sem o posto de alferes.

2.º Que todos os tenentes e alferes de reserva provenientes doutra origem, poderão, tendo 26 anos de idade, ser admitidos no exercito activo na qualidade de alferes depois de ter feito o tirocinio preliminar de um ano previsto pela lei.

Por outro lado, estes mesmos officiais de reserva, pertencentes á infantaria, á engenharia, á artilharia, ao trem e ás tropas coloniais, poderão, emquanto não atingem a idade de 25 anos exigida para completarem o referido tirocinio, efectuar na sua arma e posto, stagios renovaveis de um ano, com soldo.

Analfabetos no exercito. — Nos últimos exames verificados recentemente em 7:859 recrutas provou-se que o analfabetismo alcança a cifra 3,46 % entre os que não sabem lêr nem escrever em absoluto e que essa cifra atinge 16 % dos que apenas sabem lêr.

A imprensa francesa de todas as côres queixa-se do estado da instrução

no país, em comparação com a das outras nações mais adeantadas, que acusam percentagens muito maiores.

Grecia

Reorganização do exercito.— Antes da guerra balkanica o exercito grego compreendia : 42 batalhões de infantaria, 16 esquadrões de cavalaria, 12 baterias montadas, 8 ditas de montanha, 3 outras de obuzes, 8 companhias de pioneiros, 2 de pontoneiros, 2 de telegrafistas, 1 de caminhos de ferro, 1 de telegrafistas sem fio e de aerosteiros, 4 de trens.

Estas unidades estavam grupadas em 4 divisões e 1 brigada de cavalaria.

Quando romperam as hostilidades, o exercito de 1.^a linha subia a cerca de 105.500 homens ; mas no decorrer da campanha o numero de divisões foi elavado sucessivamente a 10, pela reunião de novas unidades formadas de reservistas e de guardas nacionais.

Logo apoz a conclusão da paz, o governo mandou proceder ao estudo de um projecto completo da reorganização militar que será dirigido pela missão francesa do general Eydoux, cujo contrato, que expirou em 31 de dezembro de 1913, foi renovado por 2 anos.

Este projecto comporta a criação de 6 corpos de exercito a 3 divisões de 3 regimentos, cujos nucleos serão constituídos por meio das divisões que tomaram parte na guerra e duma nova 11.^a divisão.

Para realizar estes aumentos de efectivos, o contingente, actualmente de 13.000 homens, será elevado a 25.000 homens, e a duração total do serviço militar que é hoje de 34 anos, será aumentada de um ano na 1.^a reserva, e elevada a 35 anos.

As forças existentes serão agrupadas *provisoriamente* como se segue :

1.^o Corpo. Larissa : 1.^a div. ; 2.^o corpo. Athenas : 2.^a div. ; 3.^o corpo. Janina : 3.^a div. ; (Missolonghi), 8.^a div. ; (Korytza) e 9.^a div. ; (Janina) ; 4.^o corpo. Salonica : 4.^a div. (Salonica) e 5.^a div. (Kilkisch) ; 5.^o corpo, Drama : 6.^a div. (Serrès) e 7.^o div. (Drama) ; 6.^o corpo. Kozani : 10.^a div. (Verria) e 11.^a div. (Kozani) ; brigada de cav. Serrès.

A cada divisão será anexado 1 grupo de 3 baterias de 75 Schneider de tiro rapido, e a cada corpo de exercito 1 grupo de 2 baterias de montanha Schneider-Danglis.

As tropas de engenharia abaixo mencionadas serão concentradas em Salonica e colocadas sob as ordens do comandante do 4.^o corpo :

a) 1 regimento de pioneiros compreendendo todas as companhias que entraram em campanha ;

b) 1 batalhão de telegrafistas no qual serão incorporadas as companhias T. S. F. e de telegrafia optica ;

c) 1 batalhão de pontoneiros com um parque estabelecido nos abarracamentos de Tipsin (margem esquerda de Vardar) ;

d) 1 companhia de aerosteiros ;

e) 1 batalhão de transportes automoveis,

Os serviços accessorios serão distribuidos pelos diferentes corpos segundo as indicações do chefe do estado maior general.

Italia

Os dirigíveis em campanha. — As primeiras experiências a valer sobre o emprego tactico dos dirigíveis em campanha, foram realizadas em Tripoli.

Estas provas são interessantes sob varios pontos de vista e tanto mais que o relatório publicado pelo estabelecimento de experiências e de construções aeronauticas dos engenheiros militares italianos reflete um espirito que inspira confiança.

Os dois dirigíveis, P 2 e P 3, chegaram a Tripoli em principios de dezembro de 1911. Os «hangards» correspondentes estavam por concluir, quando, na noite de 16 de dezembro, um violento temporal os destruiu. Adquiriu-se na Alemanha um novo «hangard» tipo Müller, no qual se puderam colocar os dois dirigíveis e a sua estrutura ofereceu um resguardo seguro. A 29 de fevereiro de 1912 esteve armado e em condições de ser utilizado, e em 5 de março os dois dirigíveis realizaram a sua sahida de experiencia, seguida imediatamente de numerosas ascensões. A seguir publicamos os ensinamentos tacticos que resultam do seu emprego sobre o campo de batalha.

Os dois dirigíveis efectuaram 91 ascensões, das quais 46 sobre os acampamentos turco-arabes; essas saídas tiveram um objectivo completamente ofensivo, com lançamento de bombas.

Os levantamentos topograficos, assim como a medida das distancias foram tam precisas que permitiram estabelecer uma carta detalhada. Os aeronautas puderam organizar uma carta a $1/40000$ de toda a região compreendida entre Zavia e Sidí-Ben-Nar, sobre a costa, até Axizia e Sbea, no interior, com a forma do terreno claramente indicada. Os levantamentos efectuados fotograficamente tiveram especial valor para o Estado Maior italiano, pois determinavam a natureza das vias de comunicação e o agrupamento das habitações. Alguns reconhecimentos efectuados a pequena altura poderam determinar o traçado das trincheiras, a deslocação dos acampamentos e a situação dos depositos.

Em 8 de junho o P 3 realizou um reconhecimento perigoso. Devido á nebrina devia permanecer a uma altura média de 550^m. O lançamento de bombas sobre a numerosa cavalaria que combatia a pé contra a ala esquerda italiana, teve neste caso um efeito realmente favoravel.

A tripulação compunha-se de 4 pessoas, 8 oficiais e 1 mecanico. Os resultados da observação dependiam de varios factores: condições atmosfericas, altura de navegação, natureza dos terrenos e especie dos objectos procurados, possibilidade de empregar instrumentos opticos, faculdades visuais e intellectuais dos pilotos.

Na maior parte do tempo as condições atmosfericas foram favoraveis. A altura da navegação foi em principio de 900^m. Mas a esta altura os aparelhos estão demasiadamente expostos a fogos eficazes; depois foi a altura de 1.000^m para a exploração e de 1.200 para as acções ofensivas.

Estes Algarismos são as alturas minimas de navegação. Conservam-se em razão da inexperiencia dos atiradores inimigos, que não chegarão nem a apreciar a velocidade dos dirigíveis, nem a necessidade duma perfeita disciplina de fogo. Os projecteis de artilharia tampouco causaram efeito algum.

Os dirigíveis tiveram a vantagem de operar em condições muito distin-

tas ás da Europa onde os terrenos montanhosos, a vegetação abundante e as medidas tomadas pelo inimigo, dificultam a sua acção. Por outra parte convem fazer constar que os dois dirigiveis não eram do ultimo modelo. Tinham apenas um motor e não estavam preparados para a ofensiva tal como se compreende presentemente.

Os dois balões lançaram 330 bombas.

Não parece que os seus efeitos tenham sido muito satisfatorios, mas é preciso ter em conta que se tratava das primeiras experiencias.

O resultado foi facilitar uma série de indicações muito uteis sobre o emprego e a construção de bombas.

Ao terminar as hostilidades, os dirigiveis acompanharam as tropas na sua marcha até ao interior.

Foram empreendidas as seguintes experiencias:

1.º Lançamento de bombas a' 1.000^m contra um objectivo em terra com o fim de estudar a força da explosão dos diversos tipos de projecteis adotados.

2.º Lançamento de bombas sobre o mar.

3.º Lançamento de bombas sobre um objectivo em terra, com o fim de estudar a precisão do tiro.

4.º Tiro de infantaria contra um alvo-aeroplano rebocado por um dirigivel.

5.º Tiro de infantaria de um dirigivel contra um alvo-aeroplano.

6.º Experiencias de exploração sobre mar pera descobrir torpedos.

7.º Navegação sobre o mar.

8.º Estudo do seu sistema de sinais.

Em muitas circunstancias, na Europa como em qualquer parte, os adversarios carecem de datas exactas sobre as reuniões das forças inimigas.

Em muitos casos só o dirigivel poderá proporcionar dados exactos e levantamentos fotograficos das regiões exploradas.

Apesar de todas as objeções, o dirigivel tem de ser tão veloz, como o aeroplano.

Russia

Escola de artilharia d'Odessa.— Os cursos da nova escola de artilharia Sergio, em Odessa, foram abertos solenemente em 25 de setembro de 1913.

A escola recebeu 100 a 110 alunos: 75 logares estavam reservados para os corpos de cadetes, e 30 para alunos doutras escolas apoz exame.

A escola Sergio é destinada a fornecer de preferencia á artilharia de fortaleza e á artilharia pesada de campanha, officiais com os mesmos direitos que os da escolas Miguel e Constantino. Os cursos serão os mesmos que nestas ultimas escolas, com a diferenca de que será dado mais desenvolvimento ás questões relativas á artilharia de fortaleza e á artilharia pesada, e que se diminuirá um pouco a importancia das materias que tenham relação afastada com as fortalezas.

O quadro da Escola compreende: um grupo de 2 baterias pesadas com 120 cavalos, baterias de peças de campanha e canhões dos principais modelos com todos os aparelhos e o material necessario.

Os regulamentos, programas, etc., de entrada na nova escola são identicos aos das escolas já existentes.

Suissa

Aumento de artilharia.—O conselho federal solicitou ha poucos meses á Assembleia federal um credito de 13.000.000 de marcos para a applicação da nova lei da organisação militar.

Os creditos especiais para o aumento de artilharia serão distribuidos pela forma seguinte :

1.º „Creação de 12 baterias de obuzes”.—As 6 divisões do exercito federal contarão cada uma com um grupo de duas baterias de obuzes, com 4 peças, 8 carros de munições, 1 carro observatorio e 5 de serviço. A cada peça corresponderá um aprovisionamento de 600 tiros. O modelo adotado para o obuz é uma peça Krupp de 12 centimetros com escudos.

2.º „Creação de 3 baterias de montanha”.—Estas 3 baterias reunidas ás 6 divisões que actualmente existem, formarão 4 grupos de 2 ou 3 baterias a 4 peças, ficando affectos um a cada uma das brigadas de montanha, que como a terceira brigada, fazem parte de determinadas divisões. Estas baterias conservam a actual peça Krupp de 7,5 centimetros, desmontavel em 4 partes, mas eleva-se a 900 o minimo de tiros por peça, em vez dos 558 que actualmente transporta.

3.º „Modificações na artilharia de fortaleza”.—Projecta-se aumentar os grupos de artilharia a pé affectos ás fortificações de S. Gothard e S. Mauricio, uma artilharia movel de fortaleza, composta de obuzes de 12 centimetros e canhões de campanha de 7,5 centimetros, estes ultimos montados sobre um reparo especial desmontavel. Vai esta artilharia ser dotada com 26 obuzes e 30 peças, sendo mais tarde elevado este numero.

Reorganisação da landsturm.—O conselho federal aprovou uma nova lei reorganizando a „landsturm”, do seu exercito. Segundo a dita lei, a „landsturm” é destinada á vigilancia das fronteiras, comunicações, ao serviço de étapes e ao serviço territorial, podendo ser tambem utilizada como tropa de campanha, em missões secundarias para substituir a „landwehr”. A „landsturm” ficará sendo constituída pelos antigos militares instruidos e que tenham 41 a 48 anos e homens instruidos das classes mais novas que não sejam completamente aptos para o serviço normal.

Os mancebos podem ser recrutados voluntariamente depois que tenham uma certa instrução de tiro, devendo as autoridades cantonarias decidir a respeito dessas admissões voluntarias uma vez informado o local da unidade a que desejem pertencer.

Os quadros serão escolhidos entre os officiais e graduados de *élite* da „landwehr” até aos 25 anos depois da sua entrada no serviço.

Os homens com menos de 48 anos e que não sejam aptos para o serviço de „landsturm” serão distribuidos por circunscrições correspondentes ás da *élite* e da „landwehr”.

Exame de aptidão fisica dos recrutas.—Comprova-se anualmente a aptidão fisica dos recrutas, submetendo-os, ao chegarem ao regimento, a um exame que consiste em um salto em comprimento, uma corrida de velocidade e levantamento um peso de 17 quilogramas.

Desde 1906, graças ao espirito de emulação desenvolvido nas escolas, as provas mencionadas tem demonstrado um grande progresso. A principio, o salto não passava, em média, de 2^m.8 e hoje é de 3^m; o peso levantado que era em geral de 17 quilogramas, actualmente a maior parte dos recrutas levanta pezo 7 vezes maior; e no ultimo ano a corrida de 80^m foi feita em 13 segundos.

II

PARTE MARITIMA

Alemanha

O couraçado *Ersatz-Brandenburg* foi lançado á agua em 20 fevereiro dos estaleiros Germania de Kiel. Recebeu o nome de *Kronprinz*. Este navio é o quarto e provavelmente o ultimo da classe *Koenig*, de que as três primeiras unidades, *Niarkgraf*, *Koenig* e *Grosser-Hürfurst*, pertencem ao programa de 1910-1911.

Estes navios tem o deslocamento de 25.000 toneladas. A sua artilharia compõe-se de 10 peças de 30,5, de 14 de 15^{cm} e 12 de 8,8. A couraça tem 35^{cm} na flutuação.

O couraçado Derflinger.— Este navio lançado á agua dos estaleiros Blohm y Voss de Hamburgo, deve entrar em serviço durante este ano de 1914. É armado com 8 peças de 305^{mm}; 12 de 150^{mm}; 12 de 88^{mm} e 4 tubos lança torpedos; deslocará 26.500 toneladas e terá a velocidade de 28 milhas.

Este estaleiro construiu tambem os quatro couraçados: *Von-der-Tann*, lançado á agua em 1909; *Moltke*, em 1910; *Goehen*, em 1911; *Seidlitz*, em 1912; *Lutzon*, em novembro de 1913, foi construido pela casa Schichau de Dantzing e o *Ersatz-Hertha*, que foi começado no ano passado no Arsenal imperial de Wilhelmshaven, Blohm y Voss, não tem actualmente para a marinha imperial alemã, nada mais que um dique flutuante; julga-se porém que este estaleiro receberá a encomenda do couraçado rapido *Ersatz-Victoria-Luize*, que deve ser começado este ano.

Novos torpedeiros.— Os 12 torpedeiros S13 a S24 que formam a 7.^a esquadilha, tem 564 toneladas de deslocamento, 71^m,5 de comprimento, 7^m,4 de bôca e 3^m de calado daguã. A velocidade do contrato era de 32,5 milhas, mas o S23 alcançou 37 milhas, o seu armamento compõe-se de dois canhões de 88^{mm}, 4 metralhadoras e 4 tubos de torpedos, a equipagem é de 73 homens.

O numero de torpedeiros actualmente construidos é de 194, dos quais 10 servem de chefes de divisão e 27 para o serviço de rocegar minas. Os torpedeiros modernos são em numero de 157.

A comissão do orçamento no „Reizchstag“, está-se ocupando do orçamento da marinha. O almirante von Tirpiz, ministro, declarou que aceitava como aceitavel a relação de 16 para 10, proposta pela Inglaterra para as forças marítimas, respectivas das esquadras inglesa e alemã; não ha portanto que pensar em suspender durante um ano as coustruções navais, como tinha proposto Mr. Churchil.

Considerando os credits consignados á marinha desde os ultimos cinco anos pelas diversas potencias navais, o almirante Tirpiz demonstrou que o aumento do orçamento naval alemão tinha sido inferior aos da Inglaterra, França e Russia; mas uma comparação sobre maior numero de anos, daria inegavelmente outro resultado.

Cruzadores.— Os dois novos cruzadores *Rarisnche* e *Rostoch*, prestaram já as suas provas e passaram a prestar serviço o primeiro na estação do Atlantico para substituir o *Bremeu* e o segundo na esquadra de aviso da esquadra do alto mar. Estes navios são similares aos da classe *Breslau*, mas um pouco maiores. São protegidos por uma faixa couraçada, mais larga e mais grossa que a cinta de 100^{mm} do *Breslau*. Esta cinta apoia-se numa ponte couraçada de 50^{mm} em declive e reforçada por paioes de carvão mais amplos. Estes navios são assim protegidos contra as peças de 150^{mm} e a grandes distancias para as de maior calibre. São munidos por turbinas Parsons.

O cruzador *Grandeuz* foi lançado á agua em 25 de outubro de 1913, levou já instaladas as suas caldeiras, uma parte das maquinas auxiliaadoras, as superstruturas, ponte couraçada e blockhauss, Tem as seguintes características, deslocamento 5.530 toneladas, maquinas 39.000 cavalos, velocidade 27 milhas, armamento 10 peças de 150^{mm} e 50 calibres.

O *Ersatz-Irene* construido nos estaleiros Weser em Breme é identico ao *Grandeuz*, emquanto que o *Ersatz-Ilela*, do arsenal de Kiel e o *Ersatz-Ge-fion*, do estaleiro Vulkan, serão mais bem armados, tendo também 1.500 toneladas de combustível.

Os cruzadores *Rostok* e *Karlumke*, lançados á agua em 1912, tem 200 toneladas a mais que os cruzadores similares ingleses.

Austria-Ungria

Numeração de torpedeiros.— Foi decidido que a 27 torpedeiros de 250 toneladas tenham numeros sucessivos precedidos ou seguidos, segundo o uso da marinha alemã, da inicial do estaleiro que os construiu: assim 74 T a 81 T (Trieste); 82 F a 97-F (Fiume); 98 M a 100 M (Monfalcone).

Este sistema tem a vantagem sobre outros de designar claramente as séries e de tornar cada construtor responsavel pela sua construção. (Le Yacht).

Brazil

O Ministro da Marinha do Brazil, aceitou o oferecimento feito pelos Estados-Unidos da America do Norte, para admitir, a bordo dos seus navios de guerra, oficiais da marinha brasileira. Durante dois anos, a partir do mês de Abril, permanecerão embarcados três oficiais brasileiros nas navios norte-americanos.

Estados-Unidos

Defeza do Canal de Panamá.— O canal de Panamá estará defendido na costa do Pacifico por cinco submarinos tipo *Octogrus*, construidos pela Electric Boat Company. Estes submarinos fizeram a viagem pelos seus proprios recursos desde os pontos em que estavam até Cuba, de Cuba a Colon, passando depois o Canal de Panamá.

A travessia de Cuba a Colon, que é 700 milhas, foi feita com bastante mar, tendo tudo chegado em bom estado.

Holanda

A sua defeza marítima. — A comissão de defeza marítima de Holanda, propoz que para a defeza da Metropole seria preciso pôr nos estaleiros as unidades seguintes :

4 couraçados de 21.000 toneladas, que em caso de guerra, possam ser mandados ás Indias ;

6 torpedeiros de alto mar de 300 toneladas, ficando existindo 36 destes barcos ;

7 submarinos, elevando a 140 numero destes barcos ;

1 navio deposito para submarinos ;

4 fundeadouros ou minas.

Para defeza das Indias :

5 couraçados de 21.000 toneladas ;

6 cruzadores-torpedeiros de 1.200 toneladas ;

8 contra-torpedeiros de 500 toneladas

8 submarinos de 380 toneladas ;

8 torpedeiros de 390 toneladas ;

2 fundeadouros de minas.

As características destes navios serão couraçados: deslocamento 21.000 toneladas, velocidade 21 milhas ; artilharia 8 peças de 34,3 e 45 calibres, 16 de 15^{cm} e 50 calibres, 3 tubos de torpedos de 53^{cm}, couraça de 25^{cm} á flutuação, torres, monta-cargas e blockhauss de 30^{cm}, raio daccão 5.000 milhas com velocidade economica.

Os cruzadores-torpedeiros, do tipo Argentino Catamarca, deslocarão 1.200 toneladas, 36 milhas de velocidade, 4 peças de 102^{mm} e 50 calibres ; 4 tubos de 53^{cm}, raio daccão de 4.100 milhas a 15 milhas.

O custo das unidades será de 52.500.000 francos para cada couraçado ; de 4.200.000 francos cada cruzador-torpedeiro ; 1.890.000 francos cada contra-torpedeiro ; 1.260.000 francos cada torpedeiro ; 2.415.000 francos cada submarino de 380 toneladas ; 1.570.000 francos cada submarino de 220 toneladas e 2.100.000 francos cada porta-minas.

A vida para os couraçados foi computada em 20 anos, a dos cruzadores-torpedeiros, torpedeiros e submarinos em 15 e a dos porta minas em 25.

Partindo destes numeros, a comissão avaliou em 37.700.000 francos, a anuidade que deve ser inscrita no orçamento para o periodo de 1914 a 1918.

Além disto, a manutenção anual da esquadra e a instrução do pessoal estão avaliadas, para a esquadra metropolitana em 26.670.000 francos e para a esquadra das Indias em 29.400.000 francos.

É preciso ainda, acrescentar a estes numeros uma anuidade de 3.780.000 francos para organização das bases navais da India.

A comissão termina por dizer que são precisos 95 milhões para a mari-

nha no estado futuro em que deve estar. Esta importancia será paga, metade pela Metropole e a outra metade pelas Indias. A metropole que paga actualmente 36.540.000 francos será aumentada de 11.235.000 francos; as Indias que apenas pagaram 16.860.000 francos, passarão a pagar 30.975.000 francos.

Inglaterra

O submarino A7, naufragado em Plymouth, não poudo ser levantado do fundo, apesar dos esforços empregados pelo couraçado *Exmouth*, em vista do que o Almirantado decidiu desistir, determinando que no local do sinistro se reunissem as esquadilhas de submarinos que estacionam em Plymouth e que aí se celebrasse um serviço religioso funebre. Assim se procedeu, tendo sido uma scena comovedora, principalmente quando o filho duma das victimas lançou á agua de um dos barcos, uma corôa.

Italia

O novo destroier *Audace*, de 690 toneladas e 20.000 cavalos de força deu a velocidade de 36,2 milhas. O combustivel é petroleo e ha mais 6 barcos deste tipo.

O novo submarino *Giacinto-Pullino*, construido pela Societé-Fiat-San-Giorgio, deu nas experiencias á superficie a velocidade de 18 milhas, mas não conêguiu dar, mergulhado, 14 milhas, que eram as do contracto.

Japão

Tubos de lançamento de torpedos do cruzador-couraçado «Kongo». — O armamento de torpedos do *Kongo* é notavel, não só por ser o primeiro navio armado com oito tubos submarinos, mas tambem por serem estes tubos os primeiros de 530^{mm}, de carregamento lateral, tipo Elswick (Armstrong) em serviço.

Os oito tubos estão instalados em quatro compartimentos, tendo cada um dois tubos perpendiculares á quilha; estes compartimentos estão em diferentes pavimentos, entre 2 e 5,5 metros abaixo da linha de agua, e sendo de 110 metros a distancia entre os tubos extremos.

Todos os tubos podem ser disparados das torres de comando (de vante e ré), que para esse fim estão munidas de aparelhos de pontaria e chaves de fogo, sendo necessario, em vista da grande distancia a que os tubos de vante estão da torre de ré e vice-versa, entrar em considerações com essa distancia, e fazer portanto a correspondente correcção quando se visa o alvo.

Nas experiencias dispararam-se 4 tubos de um bordo em 10 segundos, sobre o mesmo alvo, e com o navio em marcha.

Como se disse acima, os tubos são do tipo Elswick de carregamento lateral, para o que teem uma abertura lateral em toda a sua extensão, que é hermeticamente fechada por uma porta accionada por um electro-motor. E' obvia a grande economia de espaço realisada por este sistema sobre o primitivo sistema de carregamento pela culatra, economia muito importante, se atendermos a que os actuais torpedos Elswick de 530^{mm} teem 6,8 metros de comprimento.

O torpedo é transportado por aparelhos diferenciais montados em car-

ros, que giram em rails colocados no tecto do compartimento e assim levado até á porta lateral do tubo, que depois de o receber e quando se fecha, faz o carregamento.

A operação do lançamento é praticamente a mesma dos tubos de carregamento pela culatra.

Uma descarga de ar comprimido na cauda do tubo exterior faz avançar o tubo interior, simultaneamente o torpedo desloca-se dentro deste tubo, primeiramente devido á compressão da agua na cauda e em seguida a uma descarga de ar comprimido no mesmo tubo; desloca-se conjunctamente o tubo interior e o torpedo, sendo essencial que este só abandone os guias do tubo interior depois deste ter atingido a posição mais avançada; isto porque o tubo interior (cuja extremidade forma a colher) é, por assim dizer, um protector do torpedo, evitando que, devido ás grandes velocidades dos navios, este sofra qualquer deformação prejudicial.

Com o fim de regular o funcionamento, para que o torpedo seja lançado na ocasião propria, são os tubos providos de indicadores que registam graficamente a cada momento a situação do torpedo no tubo interior.

O indicador consiste num disco circular, a que um sistema de cremalheira e rodas dentadas ligadas ao tubo interior imprime movimento de rotação; sobre o disco é colocado um papel dividido em sectores, cada um dos quais corresponde ao deslocamento dum pé ao tubo interior dentro do exterior.

Superiormente ao papel, e podendo deslocar-se sobre este em direcção radial, está instalado um lapis, num caixilho ou suporte, e ao qual é dado movimento por meio de um tambor em que se enrola um cordel, cuja extremidade está ligada ao torpedo. O disco de papel além dos sectores é tambem dividido em circumferencias concentricas, de modo que a distancia radial entre duas consecutivas corresponde ao deslocamento dum pé do torpedo, o lapis traça uma curva em que o deslocamento do tubo e do torpedo pódem ser determinados. Assim, considerando um ponto qualquer da curva, o caminho em pés percorrido pelo tubo é indicado pelo numero de sectores abrangido pela parte da curva desde a origem até ao ponto considerado e o caminho percorrido pelo torpedo pelo numero de circumferencias contidas desde o centro até áquele ponto. Obteem-se assim as posições relativas do tubo e do torpedo durante o lançamento.

A velocidade do torpedo tambem póde ser obtida; para isso, ligado ao caixilho que segura o lapis, há uma chapa de vidro fumada, junto á qual está instalado um diapasão munido dum estilete que traça as vibrações no negro de fumo.

Como as vibrações são 250 por segundo e o caixilho tem uma abertura correspondente ao deslocamento do torpedo, determinaremos a sua velocidade dividindo o numero de vibrações abrangido pela abertura por 250. A velocidade obtida com os torpedos do Kongo foi de 13,65 metros por segundo.

Nas recentes experiencias deste cruzador-couraçado, todos os tubos foram experimentados com o navio parado e em seguida a diferentes velocidades até 25 milhas, tendo sido os resultados absolutamente satisfatorios.

Compreende-se o enorme esfôrço, que tem de suportar a colher quando o navio atinge a velocidade de 25 milhas, e por isso é natural que sejam muito rigorosas as provas a que se sujeitam. Como se vê pela figura junta, a

colher tem que suportar o peso do tubo e mais um peso acional de 15.100 quilos suspensos a meio da colher e outro de 13.800 quilos suspenso do torpedo, e a 1.635^{mm} da extremidade de colher; naturalmente este grande peso produz uma certa flexão da colher, que deverá desaparecer completamente uma vez retirado o torpedo e os pesos.

Turquia

Aquisição do couraçado «Rio de Janeiro».—O banco Perier pôz á disposição do governo otomano, vinte e quatro milhões de francos que são empregados como garantia para a compra do couraçado *Rio de Janeiro* em construção na casa Armstrong para o governo brasileiro.

Este courado vendido pela soma total de 58 milhões de francos, chamar-se-ha *Sultão Osmani*, devendo estar pronto em maio proximo. Posto que já tivessem os dado as suas características, vimos repetil-as: comprimento 204 metros, deslocamento 28.200 toneladas, velocidade 22 milhas, 14 peças de 305^{mm}, 20 de 152^{mm}, 10 de 76, três tubos de 53^{cm} com 229^{mm} de couraça na cintura, aumentando na flutuação.

Este enorme navio que tem toda a sua artilharia principal no eixo terá por companheiro o *Reshadieh*, de 23.400 toneladas, armado com 10 peças de 343^{mm}, 16 de 150 e 4 de 76, velocidade 21 milhas e couraça de 305^{mm}, na flutuação, em suma, mais pequeno e um pouco menos rapido, parecia no conjunto mais poderoso, actualmente em construção na casa Vickerr, donde foi lançado á agua em 3 de setembro ultimo.

Raramente se tem visto dois couraçados contemporaneos mais desiguais. (Le Yacht).

Organização da marinha turca.—O governo turco entrou em negociações com as casas Armstrong e Vickers, para a reorgadisação da esquadra e arsenais, analogo ao que fez a Espanha com as mesmas casas inglesas.

As referidas duas casas começarão pelo Arsenal de Cuerno de Oro, estabelecer uma base naval em Ismid e construir docas flutuantes, das quais uma de 40.000 toneladas, destinada ao arsenal de Ismid e podendo receber o Reshad 5.º. que deve estar já concluido.

Haverá uma Sociedade composta de metade de ingleses e metade de turcos.

Esta Sociedade conservará por 80 anos o monopolio das construções navais, novas e das reparações da esquadra e arsenais, mas com a condição de em 12 anos os Arsenais de Cuerno de Oro e Ismid estarão em estado de efectuar todas as reparações assim como construir as maiores unidades de cascos e maquinas. O pessoal dos novos estaleiros será formado unicamente por turcos e ingleses, sendo estes ultimos procedentes dos arsenais e estaleiros do seu país e colonias.

O Presidente desta Sociedade será o do Conselho de Administração e será inglês durante os 5 primeiros anos.

O pagamento e amortisação dos capitais empregados estará garantido por um compromisso do Diezmo, regulado pela administração da divisão publica otomana.

O programa naval, conforme os planos do Almirante Lympus (chefe da

missão inglesa) deve compreender a construção de 2 couraçados de 23.000 toneladas (custo aproximado de 56 milhões de francos cada um), 1 explorador de 7.200.000 francos, 4 destroyers e 1 submarino.

Os projectos de compra dos couraçados italianos *Re-Umberto*, *Sicilia* e *Sardenha*, parecem abandonados.

A armada será dividida em duas esquadras (ou mais modestamente duas divisões); uma, compreenderá o *Reshad* 3.^o e esperando a conclusão do seu irmão, o velho couraçado *Messudich* transformado em 1903 por Ansaldo, e que sofrerá nova reforma, para ficar semelhante aos dois couraçados comprados na Alemanha (tipo Brandenburg); além do cruzador *Medjich*, alguns guarda-costas antigos, uma esquadilha de torpedeiros e 1 aviso.

A segunda esquadra compreenderá os dois couraçados alemães *Barbaross-Haireddin* e *Torgud-Reis*, o cruzador *Hamidil*, um guarda-costas antigo e uma esquadilha de torpedeiros.

Varias

O paquete «Britannie».— Em 26 foi lançado á agua com feliz exito, em Belfast, o trasatlantico *Britannie*, novo colosso da White Star Line, de 50.000 toneladas e 3 helices, destinado ao serviço entre Southampton, Cherbourg e New-York. Este palacio flutuante, gémeo do *Olimpic*, constitue uma importante aquisição para a grande companhia de navegação citada, tendo sido construido nos estaleiros de Harland e Wolffs. As suas principais características são: comprimento 900 pés; bôca 94; pontal 64,2; deslocamento em plena carga 53.000 toneladas.

O aparelho motôr é construido por maquinas reciprocas, combinadas com turbínas, desenvolvendo as primeiras a força de 32.000 cavalos e as segundas a de 18.000.

Possue 10 pavimentos, dos quais 7 se destinam para os passageiros.

Transporta 2.500 passageiros, sendo 790 de 1.^a classe, 830 de 2.^a e 880 de 3.^a. A sua tripulação é de 950 pessoas.

As maquinas custaram 3 milhões de francos, com um peso total de 1.200 toneladas.

Novo explosivo de guerra.— Na Alemanha fizeram-se experiencias com o tritolo, explosivo derivado do trinitrotoluanio, que parece substituir vantajosamente e fulmicoton nos torpedos e minas.

Nos projectis de rutura é superior aos explosivos de acido picrico, e em caso de incendio o tritolo não faz explosão.

A materia prima donde se extrae o tritolo é o toluano, subproduto da destilação do alcatrão da hulha, cuja produção mundial é de cerca de 10.000 toneladas anuais.

Mr. Dautriche, em recentes ensaios com o tritolo comprimido, obteve uma velocidade de detonação de 7.400 metros por segundo, que nas experiencias de M. Bichel chégou até 7.618 metros, enquanto que o fulmicoton comprimido não dá mais que 5.230 metros por segundo.

O maior telescopio do mundo.— Na California, o sr. John D. Hooker, vai

destinar alguns mil duros á construção do maior telescópico do mundo. Terá de diâmetro 2^m,50 e está-se construindo nos Ateliers de Pesadena, no Monte Wilson, perto do observatorio do mesmo nome, onde se hade montar.

Já estão construídos dois pilares que o deverão suportar e o muro onde assentará a cupula que o deve proteger das inclemencias atmosféricas.

O pilar principal mede na base 6,10 metros no lado menor e 12,20 no maior. A sua altura e de 10^m,06. A cupula terá de diâmetro 30^m,50 altura 33 metros, toda de aço e com dupla cobertura.

A objectiva já está talhada e a superficie do vidro é quasi esferica, com um estigmatismo insignificante, sendo prateada, para que a luz se utilise por reflexão e não por refração.

A maior objectiva que existe é a do observatorio de Pulkowa, que custou um milhão de francos e tem só um metro de diâmetro.

Supõe-se que a sua instalação esteja concluída em princípios de 1915.

BIBLIOGRAFIA

I—LIVROS

Alemanha

- 1 SPIEFS. *Der Russisch-Japanische Krieg*, 1904/5.
- 2 ALTEN. *Handbuch für Heer und Flotte*. Band 5. Berlin, 1913 M. 26
- 3 GINAUD. *Die französische Dienstvorschrift für die Infanterie-Maschinengewehrzüge*. v. 19. Juli 1912. Berlin, 1914 M. 1,20
- 4 *Geschützexerzierpraxis für (F.) Batterien der Feldartillerie auf Grund amtlicher Darstellung*. Berlin, 1914 M. 0,75
- 5 *Das Feldhaubitngerät 98/09 auf Grund amtlicher Darstellung*. Berlin, 1914 M. 0,50
- 6 *Das Feldartilleriegerät 96 n. A. auf Grund amtlicher Darstellung*. Berlin, 1914 M. 0,50
- 7 K. u k. Armeschießschule, *Das Zusammenwirken der drei Waffen*. Wien, 1913.
- 8 WALDSCHÜTZ, *Einführung in das Heerwesen*. Heft 5: Die Artillerie. Zweite Auflage. Wien, 1913 M. 3,60
- 9 EGLI, *Drei Monate Skutari*. Bern, 1913 M. 3

França

- 1 Artillerie. *Documents divers relatifs aux établissements de l'armée*. Volume arrêté à la date du 1^{er} janvier 1913. In 8.º, 469 p. Henri Charles-Lavauzelle. 1913. Paris Fr. 2,50
- 2 *Avancement dans l'armée*. Tableaux d'avancement et de concours. Volume arrêté à la date du 30 juin 1913. In-8.º, 193 p. Henri Charles-Lavauzelle. 1913. Paris Fr. 1,50
(Bulletin officiel du ministère de la guerre. Edition methodique n.º 22. bis).
- 3 BEDEL (R.). *Petit Manuel de l'aumônier militaire en campagne*. Petit in 8.º, 20 p. chez l'auteur, 125, boulevard National. (S. M.) C 50
- 4 DUGARD (H.). *Histoire de la guerre contre les Turcs (1912-1913)*. In-16, 272 p. avec croquis et carte. «Les Marches de l'Est», 84, Rue Vaugirard. 1913 Fr. 3,50
- 5 IMMANUEL (lieutenant-colonel) du régiment d'infanterie de Dantzig, n.º

128. *La guerre des Balkans de 1912*. 1^{er} volume. Préliminaires de la guerre. Forces en présence. Théâtre de la guerre. Avec une carte d'ensemble. In-8°, 118 p. Henri Charles-Lavauzelle. 1913. Fr. 3,50
- 6 DIVARIS (docteur P. N.). *La Guerre gréco bulgare et la Politique russo-anglaise*. in-8°, 8 p. Impr. X. Perroux et fils. 1913. Mâcon.
- 7 THARAUD (Jérôme et Jean). *La Bataille à Scutari d'Albanie*. In-18, 288 p. Chaix. 1913. (5 août). Paris Fr. 3,50
- 8 BAINVILLE (J.). *Le Coup d'Agadir et la Guerre d'Orient* (Luttes et conflits de la Triple Entente et de la Triplice. La Politique des grandes monarchies autoritaires du x^e siècle. Décadence du libéralisme et Avenir de la réaction dans l'Europe contemporaine). In-16, ix-324 p. Nouvelle Libr. Nationale, 11, rue de Médicis Fr. 3,50
- 9 COUSIN (général). *Aide-mémoire de l'officier d'infanterie en campagne*. 6^e édition. 1^{er} juillet 1913. In-16, 411 p. avec fig. 1913. Charles Lavauzelle. Paris Fr. 4
- 10 GEMEAU (capitaine breveté). *Le combat à la baïonnette*. Procédés d'application de la méthode règlementaire. In-8°, 27 p. Charles-Lavauzelle. Paris C. 75
- 11 Mouvements et Transports. *Organisation générale aux armées*. II. Transports stratégiques. Supplément arrêté au 31 décembre 1912. In-8°, 96 p. Charles Lavauzelle. Paris C. 75
(«Bulletin officiel du ministère de la guerre». Edition méthodique n.° 100 bis (supplément).
- 12 BARON (Ch.) officier d'administration de première classe d'état major. *Officier d'administration des services d'état-major et du recrutement*. Etat militaire 1913-1914; In-8°, 78 p. Charles-Lavauzelle. Paris Fr. 2,50
- 13 *Loi (la) de recrutement*. Loi du 21 mars 1905. modifié et complétée par les lois du 16 juillet 1906, 10 et 16 juillet 1907; 14 avril 1908; 25 mars et 22 mai 1909; 11 avril 1910; 30 mars et 6 décembre 1912 et 7 août 1913. In-8°, 112 p. Charles-Lavauzelle. Paris Fr. 1
- 14 LA RAILLÈRE (capitaine de). *Manuel des candidats au brevet d'aptitude militaire*. In-16, 215 p. avec fig. 6^e édition 1913. Charles-Lavauzelle. Paris. — Infanterie — Cavalerie — Artillerie Fr. 1
- 15 *Manuel du marin manœuvrier*. 1^{re} édition approuvée par décision ministérielle du 28 novembre 1912, mise en service par circulaire du 24 janvier 1913. In-16, 660 p. avec fig. et planches en couleurs. 1913.
(Marine nationale. N.° 5.149 de la Nomenclature des documents),
- 16 Ministère de la guerre. *Administration centrale de la guerre. Conseil supérieur de la défense nationale; Conseil supérieur de la guerre. État-major de l'armée. Comités et Commissions. Secours. Service géographique. Services divers*. Supplément arrêté à la date du 31 décembre 1912. In-8°, 39 p. Charles-Lavauzelle. Paris. 1913 C. 50
(«Bulletin officiel du ministère de la guerre», édition méthodique, N.° 61 (supplément).
- 17 MONTARLOT (P.) et L. PINGAUD *Le Congrès de Rastatt* (11 juin 1798-28 avril 1799). Correspondance et documents publiés pour la Société d'histoire contemporaine. T. 1^{er}, t. 2. 2 vol. in-8°. T. 1^{er}, 414 p. avec portrait, t. 2, 411 avec portrait. A. Picard et fils. Paris. 1912.
- 18 PELOUX (H.) capitaine d'artillerie. *Le Manuel de tir de l'artillerie de campagne russe*. In-8°, 20 p. avec trois fig. dans le texte. 1913. Berger-Levrault. Paris.
(Extrait de la «Revue d'artillerie») février 1913.
- 19 PELOUX (H.) capitaine d'artillerie. *Le Nouveau Canon de montagne japonais*. In-8°, 10 p. avec quatre figures dans le texte. Berger-Levrault. Paris. 1913.
(Extrait de la «Revue d'artillerie», mars 1913).
- 20 RAGUENEAU (lieutenant-colonel). *Les Études militaires en France et la Préparation du haut commandement*. In-8°, 48 p. Berger-Levrault. Paris. 1913 Fr. 1,50

- 21 *Règlement d'éducation physique approuvé par le ministre de la guerre le 21 janvier 1910*. Edition mise a jour au 1^{er} avril 1912. (27 août). Grand in-4^o, 107 p. Impr. nationale. 1913. Paris.

Inglaterra

1 Government Publications:

- MILITARY. *Instructions for Practice*. Royal Garrison Artillery Siege and Movable Armament, 1914 3d
- *Cavalry Training*, 1912. Amendments, 1st February, 1914 1d
- *War Establishments*. Part I. Expeditionary. Force, 1914 8d
- *Drill for 4in. Q. F. Gun* (Land Service), 1914 1d
- *Army Accounts* 3d
- *Amendments, 1st February, 1914*, to Equipment Regulations, Part II, Section XIII 1d
- *Equipment Regulations*, Part II, Section XVI. Special Reserve 4d
- *Equipment Regulations*, Part III, (Territorial Force), Section IX., Artillery Details, 1912. Amendments, 1st February, 1914 1d
- *Miniature Cartridge Ranges* 3d
- *The Mobilization of a Territorial Infantry Battalion* 3d
- *A Short History of the Hampshire Regiment* 1d
- *Preliminary Instructions regarding the Training of an Infantry Battalion* under the 4-Company Organization 1d
- *Regulations for Magazines and Care of War Matériel*, 1913 9d
- *Stations of Units of the Regular Forces, &c.*, 1st January, 1914, No. 43 2d
- ADMIRALTY. *Revised Supplement*, 1913, relating to the Alaska and Bering Sea Pilot, 1908. Corrected to 29th November, 1913 *Gratis to purchasers of Alaska and Bering Sea Pilot.*
- *List of Lights and Time Signals*, 1914. Corrected to 31st December, 1913. Part I., British Islands 1/6
- Ditto. Part II., North and Arctic Seas, North of Cape Grisnez (except the British Isles) 2/6
- Ditto. Part III., Baltic Sea 2/
- Ditto. Part IV., Eastern Side of North and South Atlantic Oceans, South of Dunkerque 1/6
- Ditto. Part V., Mediterranean, Black, and Red Seas 1/6
- Ditto. Part VI., Indian and West Pacific Oceans 2/
- Ditto. Part VII., Western Side of South Atlantic Ocean and East Pacific Ocean 1/
- Ditto. Part VIII., Western Side of North Atlantic Ocean 2/6
- MILITARY. *Guide to Civil Employment for Ex-Soldiers*. 1913 2d
- *Amendments, 1st January, 1914*, to Priced Vocabulary of Clothing, etc. 1d
- *303-inch Machine Guns and Small Arms*. Nomenclature of Parts, Stripping, etc. 3d
- *Examination Papers, etc.*, Officers of the Special Reserve, Militia, and Territorial Force, and the Qualifying Examination of University Candidates for Commissions in the Regular Army, October, 1913 1/
- ADMIRALTY. *Rifle and Field Exercises for His Majesty's Fleet*, 1913 6d
- (Hydrographic). *Table of Chords of Arcs, 0 deg. to 60 deg.* To facilitate the Projection of Angles. H. 140 (Revised December, 1913) 9d
- (Miscellaneous). *Nautical Almanac Circular No. 20*. Local Particulars of the Total Eclipse of the Sun. August 20-21, 1914 6d
- 2 ELDRED (Charles E.) *Everybody's Book of the Navy*. Illustrated 18mo, pp. 255. Saxon & Co 6d
- 3 HALL (J. A.) *The Law of Naval Warfare*. 8vo, pp. 176. Chapman & Haal net 6/
- 4 LINGS (H. C.) *Musketry Lectures*. For Non-Commissioned Officers 0

the Territorial Force. With an Introduction by Major-General W. Douglas. 12mo, pp. 86. *Gale & Polden* net 2/

- 5 **MONSENERGUE** (Colonel) Cavalry Tactical Schemes. A Series of Practical Exercises for Cavalry. Translated by E. L. Spiers. With an Introduction by Brigadier-General H. de la P. Gough, and a Preface by F. Bennett-Goldney. Cr. 8vo, pp. xxvii. x. 340. *Hugh Rees* net 6/

II — PERIODICOS

Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.º 12 de dezembro de 1913 e n.º 1 de janeiro de 1914. A hierarquia das classes na Armada. Administração central da marinha. Em socorro de Timor. A organização do corpo unico de oficiais. O quadro unico dos oficiais da armada. A instrução de tiro na armada portuguesa em 1913. Relatorio das experiencias de recepção do aparelho motor do contra-torpedeiro *Douro*.
- 2 *O Instituto*, n.º 12 de dezembro de 1913 e n.º 1 de janeiro de 1914. Artes industriais e industrias portuguesas. Memorias de Castilho. Memorias arqueologico-historicas do districto de Bragança. Bibliografia. O Fausto de Goethe.
- 3 *O Oriente português*, n.ºs 11 e 12 de novembro e dezembro de 1913. Aclamação de el-rei D. João IV na India. Dialecto indo português de Ceylão. *Variá Variorum*.
- 4 *Revista de artilharia*, n.º 115 de janeiro de 1914. Estudo elementar da dispersão, probabilidade e efeitos do tiro. A artilharia suissa nas manobras de 1912. A instrução das unidades de artilharia da defeza terrestre de Lisboa.
- 5 *Revista de medicina veterinaria*, n.º 143 de janeiro de 1914. Clinica bovina. Pseudo reumatismo infeccioso dos adultos. Revista de publicações.
- 6 *Revista Ilustrada da Sociedade Hipica Portuguesa*, n.ºs de dezembro de 1913 e janeiro de 1914. Cronica. Cavalos O aumento do preço de compra do cavalo de remonta. Uma carta de Silveira Ramos. Concurso hipico de Viana do Castelo. Garanhões... Hipismo em Coimbra. Respondendo...

Alemanha

- 1 *Artilleristische Monatshefte*, n.º 85 de janeiro de 1914. Manöversückblicke 1913. Einiges über die hartigan artilleristischen Ansichten und ihren Zusammenhang mit den Kriegsgrundsätzen. Über die Wirksamkeit des Schrapnelschusses. Zur Frage von Steilfauerfeldgeschützen in Frankreich.

Argentina

- 1 *Revista del circulo militar*, n.º 153 de setembro de 1913. Estudio sobre la guerra de los Balcanes. Mochila o bolsa de tupista? El practico jefe de sección de Infanteria. El nuevo reglamento de servicio sanitario en tiempo de guerra. Resumen de la guerra anglo-boer. Contribución al estudio de las modificaciones a la lei 4707.
- 3 *Revista militar*, n.ºs 251 e 252 de dezembro de 1913 e janeiro de 1914. El General Shesidan y la guerra de Secesión. Anteojos-visores para ametralladoras. Origen del ejercito aleman y su reorganización actual. Instrucción sobre el manejo del telemetro Gocre, modelo argentino 1913. Nuestro reglamento de ejercicios para la Infanteria. Esboço historico sobre la evolución de la táctica hasta la aparición de la pala de infanteria. Una curiosidad mecanica. Algunas opiniones juridicas sobre requisiciones militares.

Austria-Hungria

- 1 *Die Flagge*, n.º 12 de dezembro de 1913. 1863-1913. Zum fünfeigsten Geburtstag unseres höchsten Protektors Aus dem Leben Erzherzog Franz Ferdinands. Zur Thronrede. Marine budget. Der Thronfolger und die Kriegsmarine. Der Thronfolger als Samariter. Die Weltreise des Erzherzogs Franz Ferdinand auf S. M. S. «Elisabeth». Der Thronfolger und der Götschuluis. China, Japan und die parifischen Machtprobleme. Die Wehrmacht der Monarchie.

Belgica

- 1 *Bulletin de la presse et de la bibliographie militaires*, n.ºs 712 e 713 de 15 e 31 de janeiro de 1914. Le siège d'Andrinople. La bataille d'anétissement à travers d'histoire et après les idées modernes. L'armée hollandaise réorganisée.

Brazil

- 1 *Boletim mensal do Estado Maior do exercito*, n.º 1 de janeiro de 1914. Notas editoriaes. As heroínas do Brazil. Para a artilharia. Grandes soldados do Brazil. Alimentação e reabastecimento dos exercitos em campanha. Planos de campanha. As principaes escolas de equitação europeas.
- 2 *O tiro*, n.ºs 56-57 de novembro e dezembro de 1913. Leoncio Corrêa. Estudo comparativo entre o exercito allemão e o das outras potencias. Regulamento de exercicios para infantaria. O trenamento do tiro. O Regulamento do ar na Inglaterra. Boletim de confederação do tiro brasileiro. Emprego das granadas na epoca contemporanea. Hora legal.
- 3 *Revista maritima brasileira*, n.ºs 6 e 7 de dezembro de 1913 e janeiro de 1914. Documento de alto valor. Relatorio da commissão de estudos sobre a organização das marinhas europeias. Escola de Pirapora. Taboas de alturas e azimuths do commandante Redler de Aquino. Pontaria indirecta nas baterias de costa. O pessoal da marinha allemã. A quadratura do circulo. Um novo projecto maritimo muito bom ou mau. Santa Catharina na marinha. A telegraphia sem fio e a meteorologia. Os enfermeiros no estrangeiro. Questões de mathematica.

Chile

- 1 *Memorial del Estado Mayor del ejercito de Chile*, n.º de janeiro de 1914. El servicio de exploración con los aeroplanos en la guerra campal. El servicio administrativo del Ejercito. Opiniones alemanas sobre la guerra moderna. Academia de guerra. Piezas de flanco de la artilleria de campaña. Explosivos. Reorganización i rearmamento de la artilleria de campaña de los Estados Unidos do Norte-America. El problema de nuestra educacion militar. Artilleria montada en el Tacora. De la libertad de servicio de un reservista prusiano. Paredes a pré de las tropas montadas.
- 2 *Revista de marina*, n.ºs 330 e 331 de dezembro de 1913 e janeiro de 1914. La evolucion del submarino. Estudio comparativo i resultados de los diversos systemas de bases luminosas, experimentados en la bahia-do Rio de Janeiro. Guerra naval. Méthodos para trazer en la carta rectas de altura. Maquinas de sondar i tubos sondadores. Aplicación de los problemas de astronomia nautica a la hydrografia. Carbon i aceite. La guerra italo-turca. Projecto de indicador de corredera. Eye-ctores de Cenizas. El uso de uma recta de altura unica. Sobre los in-

genieros de la armada. Calcular la latitud por la observacion de un astro fuera del meridiano. Algo sobre jefes i oficiales. Aeronautica.

Colombia

- 1 *Memorial del Estado mayor del ejercito de Colombia*, n.º 18 de 31 de dezembro de 1913 e n.º 19 de janeiro de 1914. Nota editorial. Discurso pronunciado en la ciudad de Antioquia el año de 1815. El ejercicio del comando. Informe sobre los trabajos de levantamiento del Estado mayor general. Psicologia de un comandante en jefe (Napoleón Bonaparte). Pantógrafo. Eclímetros. El retroceso en las piezas de artillería. Levantamiento. Por qué la Turquía sufrió derrotas. La sanción de las maniobras. Critica tactica de la batalla de Boyaca. Al través de la prensa militar. El peligro del esquema y el de la adopcion inconsulta. El servicio de sanidad. Algo sobre ametralladoras. El croquis. El retroceso en las piezas de artillería. Una publicidad curiosa. Instrucción del tirador. Datos importantes para el Ejercito. El servicio militar obligatorio. Al través de la prensa militar.

Dominica

- 1 *El porvenir militar*, n.º 6 de dezembro de 1913. Consideraciones sobre el deber militar. Necesidade de uma Escuela de musicas militares. Formaciones y actos publicos oficiaes. Asociaciones de Boys-Scouts. Asociaciones militares. El teniente D. Lúiz Felipe Dujanic hijo. Mayor Obdulio Reyes.

Espanha

- 1 *Boletín de intendencia é intervencion militares*, n.º 26 de janeiro de 1914. Labor corporativa. Marmita colectiva, modelo Winkler. Primera convocatoria de ingreso en el Cuerpo de Intervención militar. El pienso de avena. Expedientes de alcance y reintegro. La Administracion del Ejercito inglés durante la campaña de Crimea. Legislación. Honores fúnebres en los Cuerpos de Intendencia y Sanidad militar. Autorisaciones de gastos. Alimentación del ganado del ejercito. Analisis de substancias alimenticias.
- 2 *Estudios militares*, n.º 1 de janeiro de 1914. A nuestros lectores. Psicologia militar. Bosquejos sociales. Los discipulos. La guerra en los Balkanes (1912-1913). Tactica de huelgas. Las grandes maniobras francesas en 1912. El problema artillero español. Ensayo da organización de la artillería de campaña. Ensayo acerca de la guerra de guerrillas. El enlace de las armas en el campo de batalla.
- 3 *Memorial de artillería*, n.º 1 de janeiro de 1914. Aplicación al material de campaña Md. 1906 de las teorías sobre cañones de largo retroceso sobre el montaje. Crónica interior. Miscelánea. Ciencia é industria.
- 4 *Memorial de infantería*, n.º de janeiro de 1914. El «Memorial» á sus lectores. Tercer Concurso del «Memorial» de Infantaria. Muertos ilustres. El nuevo reglamento táctico de infantaria. Táctica para el combate en Marruecos, El tema táctico. S. M. el Rey Don Affonso XIII. Versión oficial japoneza sobre la guerra de 1904-1905. Viriato. Columnas volantes. La obra militar y politica de Hermán Cortés. Operaciones en Yebalo. Pistolas automáticas.
- 5 *Memorial de ingenieros del ejercito*, n.º 1 de janeiro de 1914. Tributo unánime. Coste medio kilometrico de los ferro-carriles españoles. Nuevo tipo de locomotora de los ferro-carriles españoles de la Compañía del Norte.
- 6 *Revista científico-militar*, n.ºs 24 e 25 de 10 e 25 de janeiro de 1914. Servicios necesarios en el ejercito de Africa. La medida de la distancia al objetivo. Las maniobras imperiales alemanas de 1913. Reglamento francés sobre la defensa de costas. Destrucción y paso de alambradas. Licencias temporales a la tropa, en Francia.

- 7 *Revista de caballeria*, n.º de janeiro de 1914. Petición atendible. Procedimientos que deben adoptar-se para que la alimentación del soldado sea regular y la preparación de los ranchos se haga con higiene en todas las circunstancias. Ganado caballar de silla. De Lüle Burgas á Tchateldja. La retirada de Rusia.
- 8 *Revista internacional militar*, n.ºs de novembro e dezembro de 1913, e janeiro de 1914. Los perros en la guerra. Cañones y ametralladoras. Qué lecciones deben deducirse de la guerra ruso-japonesa para el empleo de la artilleria de campaña en la guerra? Consideraciones sobre la artilleria pesada de Austria Hungría. Comentarios. La importancia de los skis para el ejercito alemán.
- 9 *Revista tecnica de infanteria y caballeria*, n.ºs de 1 e 15 de janeiro de 1914. Ascensos y recompensas: Cruz militar de San Fernando. Grandes maniobras en Italia en 1911. Labor militar en la Guinea española. El Adiós á Marvá. El nuevo reglamento inglés para maniobras de la infanteria.

Estados-Unidos

- 1 *Journal of the United States Artillerie*, n.º 125 de janeiro-fevereiro de 1914. Military character. Coast defense in the civil war, the passage of ports Jackson and Saint Philip. The errors of internal-base range-finders. Professional notes. Short notes.

França

- 1 *Les archives militaires*, n.º 8 de outubro-dezembro de 1913. Aeronautique aux grandes manœuvres. Automobilisme aux grandes manœuvres. Événements des Balkans. Budget de la guerre pour 1914. Cantine automobile. Corps d'armée. Cyclistes-skieurs. Ecole de guerre belge. Fusils-mitrailleuses pour l'infanterie. Généraux inspecteurs des formations de réserve. Loi militaire. Manœuvres de 1913. Opérations au Maroc. Mouvements insurrectionnels au Mexique. Missions militaires. Organisation provisoire de l'armée grecque. Prise d'Ain-Galeka. Recrutement en 1912.
- 2 *Journal des sciences militaires*, n.ºs 145 e 146 de 1 e 15 de janeiro de 1914. Evolution des idées sur le mode de préparation de l'artillerie à la bataille. Étude sur les opérations du groupe de l'Est à la bataille de Chahs. L'artillerie de campagne dans la guerre russo japonaise. Comment devrions-nous organiser nos grandes places de la frontière du Nord Est? L'effort militaire de Russie. Le général Clinchant et Bazaine. Étude sur les conséquences de la nouvelle organisation de la cavalerie.
- 3 *La revue d'infanterie*, n.º 325 de 15 de janeiro de 1914. Le fantassin à l'instruction. Le fantassin en campagne dans les principales armées: Belgique. L'infanterie légère: Italie.
- 4 *L'Opinion militaire*, n.ºs 76 e 77 de 10 e 25 de janeiro de 1914. Rien ne presse. Officiers jeunes et jeunes officiers. La limite septentrionale de la culture de la vigne et la formation intellectuelle des officiers. Impressions de débutant. Le politique étranger. Le soldat allemand. — II. Le soldat d'origine ouvrière. Le service militaire et l'essor économique de la France. Un statut paradoxal: La position de réserve spéciale. Application loyale.
- 5 *Le spectateur militaire*, n.ºs 559 e 560 de 1 e 15 de janeiro de 1914. La mission militaire française au Pérou. La préparation militaire à l'étranger. Les transports sahariens. Waterloo. Vérités sur l'Alsace-Lorraine.
- 6 *Revue d'artillerie*, n.º de janeiro de 1914. Contribution à l'histoire de l'artillerie. — Un changement de garnison aux dix-huitième siècle. Rôle de l'artillerie de siège et de campagne à Andrinople. Intégration de l'équation du mouvement oscillatoire des parois d'une bouche à

- feu. Débourage et dressage élémentaire du cheval d'artillerie. Projectiles en tungstène.
- 7 *Revue de cavallerie*, n.º de janeiro de 1914. Comment se perd une bataille. La cavalerie à Rézonville le 16 août 1870. Combat de cavalerie (études). Préceptes et jugements de Napoléon sur la cavalerie. Petite encyclopédie de la cavalerie. — Engagement d'un hussard autrichien en 1792 — Chevaux donnés comme récompense nationale.
 - 8 *Revue d'études militaires*, n.ºs 17 e 18 de 1 e 16 de janeiro de 1914. Précautions hygiéniques dans l'Afrique du Nord. La doctrine géographique par les Maîtres. 1^{re} partie : Cycles II e I (Les derniers conseils. Communications. La préparation aux examens oraux. Livres et documents, leur utilisation. Documents envoyés). II partie : Sujets de devoirs proposés.
 - 9 *Revue du génie militaire*, n.º de janeiro de 1914. État actuel de l'éclairage électrique par lampes à incandescence. Expérience de construction de voie ferrée militaire en Allemagne. Distributeur d'eau Chapput pour lavabos. Dallages à l'émeri. Fortifications, etc. Casernement, etc. Sciences mathématiques, etc. Histoire, etc.
 - 10 *Revue d'histoire*, n.º 157 de janeiro de 1914. La cavalerie au début de la guerre de Sept-ans. L'organisation de la Grande-armée de 1913. Campagne de 1814. La guerre de 1870-71.
 - 11 *Revue du service de l'Intendance militaire*, n.ºs 233 e 236 de novembro e dezembro de 1913 e janeiro e fevereiro de 1914. Idées pratiques sur le service du Ravitaillement. E'tude sur la marche des services de l'Intendance en campagne. Le service hospitalier international. E'léments d'Administration militaire comparée.

Italia

- 1 *Rivista di artiglieria e genio*, n.º de dezembro de 1913 e janeiro de 1914. L'artiglieria d'assedio. La corazzatura minima delle cazamatte girenoli. La guerra nelle penisola balcanica. Del tiro dell'artiglieria al disopra di truppo amiche. Il genio militare italiano nelle guerra del 1848 e 1849. Ancora sull' essere di preparazione nel tiro de costa. L'armamento e l'impiego offensivo delle aeronavi. Miscellanea.
- 2 *Rivista di cavalleria*, n.º de 15 de janeiro de 1914. Ai lettori. Le grandi manovre di cavalleria e la deduzioni di Corrado Zoli pubblicate nel «Secolo». Annotando «Waterloo» (1815). Il proco de cavallo. In Russia, Svezia e Danimarca.

Mexico

- 1 *Boletin de ingenieros*, n.ºs 4 e 5 de dezembro de 1913 e janeiro de 1914. Holanda. — Fragmentos de la ultima classe de geographia del año escolar de 1913, dada en la Escuela Militar Preparatoria por el profesor capitán 1.º José L. Osorio Mondragón. Puentes militares. Algunas consideraciones sobre provas. La Patria y la Arquitectura Nacional. La «Revista del ejercito y Marina». Comisión que marcha a Francia. Una nueva hazaña del aviador Adolfo Pegond. El Sr. Sic. Don Manuel Gutierrez. El personal de empleados. Algunas consideraciones sobre presas. Tabla para saber el corte de una pieza de madera. Método gráfico para dividir el eje neutral en proyectos de arcos de concreto. Aprendizaje de sobrestantes y maestros de obras. Reconocimientos aéreos.
- 2 *Revista del ejercito y marina*, n.º de janeiro de 1914. Salutatio. A los señores Generales, Jefes, Oficiales y Tropa del Ejercito. En pro del soldado. La lanza. La comisión Geográfico-Exploradora. Reflexiones sobre la guerra ruso japoneza. Por la Patria. Tres soldados. Firmas !

Noruega

- 1 *Norsk militaert tidsskrift*, n.º de janeiro de 1914. Sverige i 1913. Den franske reserveofficerziustitution. Monteire 27. december 1870. Hestens militære brukbarbat. Anmeldelser. Meddelelser fra ind-og utland.

Perú

- 1 *Boletín del ministerio de guerra y marina*, n.º 22 e 24 de 30 de novembro e 15 e 31 de dezembro de 1913 e n.ºs 1 e 2 de 15 e 31 de janeiro de 1914. Conferencias de la Escuela superior de guerra (Tactica general, historia militar del Perú, Administración militar, Tactica naval, Reaprovisionamiento de municiones, Topografia, Caballeria, Infanteria, Hipologia. Aviação, Fortificacion).

Rumania

- 1 *Romania militara*, n.º de dezembro de 1913 e de janeiro de 1914. Rosiorii nostri. Pregative de rasboim si ofiterii de reserve. Marea ilusic este san nu razboiul cooperatiune profitabile pentru invingator? Vinonatii si respunzatorii. Adevarul in chestiunea atacului si caderei Adrianopolului. O declaratiune fortata. Dare de scama asupra expozitiei de «hunteri» din Dublin (Irlanda). Ce trebuc sa stim si ce trebue sa facem asupra potcovitului. Rasfoind ziare si reviste romane si straine. Din Tara. Comandamentul si serviciul de Stat-Major in armata noastra. Note asupra operatiunilor armatei noastre in Bulgaria in anul 1913. Informatiuni din armatele streine. Compania pe 3 sau pe 4 ploatoane? Incercazi asupra originei si istoricului manavrelor mari anuale. Rasfoind ziare si reviste romana si straine. Regulamentul cavaleriei rusesti.

Salvador

- 1 *Memorial del ejercito de el Salvador*, n.ºs 11 e 12 de novembro e dezembro de 1913. Ejercicios de tiro colectivo de combate. Persecución y retirada. Ideas sobre el empleo de la artilleria. Los auxilios a los heridos en la guerra. La navegacion aerea en algunas potencias da Europa. Programa comentado para la instruccion de las companias de infanteria.

Uruguay

- 1 *Revista del centro militar y naval*, n.ºs 116 e 117 de dezembro de 1913 e janeiro de 1914. Notas para la navegacion a la Laguna Merim. Sobre la cuestion juridica. La tetranitroanilina. La muerte del general Salsa. Para ayudarte en el comando de tu compania. Marchas de noche. El servicio de campana. Paginas de Historia Militar. Informacion general. Pro-Aviacion militar. Movimiento de Caja habido durante el mes de Noviembre. Los soldados de la revolucion. Sobre trasportes maritimos. Colision entre los vapores «Hochfeld» y «Bantu». Escuela Militar y Naval. El año militar. Ejercito de contrapeso. Informacion general. Informacion administrativa.